

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL**  
**CURSO DE JORNALISMO**

LARISSA CHAVES SOARES

**Das narrativas sobre o rompimento da barragem da Samarco:**  
o cordel de Rouxinol do Rinaré

Mariana

2021

LARISSA CHAVES SOARES

**Das narrativas sobre o rompimento da barragem da Samarco:**  
o cordel de Rouxinol do Rinaré

Trabalho Final de Graduação do curso  
Jornalismo da Universidade Federal de Ouro  
Preto apresentado como requisito final para  
obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Maria Gislene Carvalho  
Fonseca

Mariana

2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
COLEGIADO DO CURSO DE JORNALISMO



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Larissa Chaves Soares**

“Das narrativas sobre o rompimento da barragem da Samarco: o cordel de Rouxinol do Rinaré”

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Aprovada em 27 de agosto de 2021.

Membros da banca

Profa. Dra. Maria Gislene Carvalho Fonseca (Orientadora) - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)  
Profa. Dra. Fabíola Carolina de Souza - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)  
Profa. Mestra Letícia Oliveira - Universidade Estadual Paulista - (UNESP)

Profa. Dra. Maria Gislene Carvalho Fonseca, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 20/09/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Quiroga Sandi, COORDENADOR(A) DO CURSO DE JORNALISMO**, em 21/09/2021, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0222856** e o código CRC **098C4840**.

## RESUMO

Este trabalho apresenta a poesia de cordel como uma fonte de informação para diferentes públicos. Inicialmente, abordo as origens do cordel através de autores como Maria Gislene Fonseca e Ria Lemaire, além de expor as características informativas desta linguagem. Como objetivo final do estudo, analiso a obra *Vale de lama e de lágrimas* que é a abordagem de Rouxinol do Rinaré sobre o crime do rompimento da barragem da Samarco em Mariana, no ano de 2015 em diálogo com as narrativas jornalísticas sobre os elementos traçados pelo poeta. A análise do cordel de Rouxinol demonstra que o autor não só informa o público sobre o crime, como também representa as vítimas da tragédia.

**Palavras-chave:** Cordel. Informação. Jornalismo. Barragem de Fundão. Mariana.

## SUMÁRIO

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>4</b>  |
| <b>2</b> | <b>O QUE É O CORDEL E COMO ELE SE ARTICULA COM AS IN-<br/>FORMAÇÕES.....</b> | <b>5</b>  |
| 2.1      | CARACTERÍSTICAS JORNALÍSTICAS DO CORDEL .....                                | 8         |
| 2.2      | CORDEL NA ATUALIDADE .....   | 15        |
| <b>3</b> | <b>O CRIME DA SAMARCO – MAIS UM NO HISTÓRICO DO BRA-<br/>SIL .....</b>       | <b>19</b> |
| 3.1      | A COBERTURA JORNALÍSTICA DIANTE DE TRAGÉDIAS.....                            | 21        |
| 3.2      | OUTRAS NARRATIVAS POSSÍVEIS .....  | 26        |
| <b>4</b> | <b>A ABORDAGEM DE ROUXINOL SOBRE O CRIME .....</b>                           | <b>35</b> |
| 4.1      | “QUEM ESCAPOU SOFRE AS PERDAS / DOS BENS E SONHOS DES-<br>FEITOS!” .....     | 37        |
| 4.2      | TODO O BRASIL FOI ATINGIDO.....  | 40        |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>52</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>53</b> |
|          | <b>ANEXO – POESIA DE CORDEL DE ROUXINOL DO RINARÉ.....</b>                   | <b>59</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O rompimento da barragem da Samarco em Mariana, Minas Gerais, no ano de 2015, foi o desastre industrial que causou o maior impacto ambiental da história brasileira e o maior do mundo envolvendo barragens de rejeitos. Quase 6 anos depois, nenhum responsável foi condenado e muitas vítimas sofrem sem reparação.

Ao longo da faculdade, da participação em um projeto de extensão onde trabalhei com alguns atingidos, e no geral, da vivência em Mariana, pude conhecer histórias marcantes de pessoas afetadas pelo crime. Neste trabalho busco apresentar a linguagem do cordel como um meio de comunicação informativo e que pode alcançar o público leitor de maneira mais próxima do que as mídias tradicionais. Sobre o caso do rompimento da barragem da Samarco, em específico, a abordagem do cordel é importante principalmente porque, em grande parte das obras de cordel noticioso, os poetas priorizam “falar pelas vítimas”.

Para falar sobre isso, o primeiro capítulo traz autores como Márcia Abreu e Mark Curran, que falam do cordel desde sua chegada ao Brasil e da sua consolidação no país. Também apresenta as características informativas desta linguagem, bem como a sua relação com as redes sociais da atualidade. Já o segundo capítulo mostra a maneira como, geralmente, os veículos de comunicação tradicionais cobrem grandes tragédias; o estudo aponta caminhos para que essas coberturas sejam mais humanizadas, além de reconhecer o cordel como uma fonte de informação alternativa a estes meios, partindo assim, para o terceiro capítulo. Neste último, analiso o cordel de Rouxinol do Rinaré, que abordou o crime da Samarco. A análise conversa com diversas reportagens sobre a tragédia, já que o autor explica que os jornais foram sua principal fonte de informação.

## 2 O QUE É O CORDEL E COMO ELE SE ARTICULA COM AS INFORMAÇÕES

Apesar das supostas origens europeias, sabemos que aquilo que hoje entendemos como poesia de cordel já existia no Brasil antes da chegada das máquinas impressoras na bagagem real portuguesa. Pesquisadores deste campo afirmam que as bases desta linguagem foram identificadas no Nordeste do país a partir de sua forma oral.

Estudiosos como Mark J. Curran identificam os primórdios do Cordel no território espanhol, onde era conhecido como *Pliego Suelto*. Outras manifestações de características semelhantes ao cordel foram encontradas na Europa, como aponta Lemaire (2010), na Holanda, na Alemanha, Portugal e na França. No território francês a chamada literatura de *Colportage* trazia folhetos cinza azulados que abrangiam além da poesia, a vida dos santos, orações, hinos, novelas, sátiras, contos de fadas, almanaques, dentre outros, e circularam por quase três séculos no país, sendo que também eram declamados em voz alta pelos vendedores ambulantes (CURRAN, 1991). O autor reitera que no Brasil, a apresentação oral do cordel vem da tradição de compor e cantar versos improvisados na feira em forma de desafio.

Curran (1991) relata, em *A Literatura de Cordel: Antes e Agora*, que os colonizadores portugueses trouxeram os folhetos em pequena quantidade ao Brasil desde os séculos XVI e XVII. A forma mais próxima da conhecida hoje no Brasil é datada do fim do século XIX, na região Nordeste. O autor afirma que as histórias populares dos folhetos criaram raízes no território, cresceram e se tornaram uma forte tradição. Assim que começaram a ser produzidos no país, os temas foram sendo adaptados para contar a realidade nordestina e brasileira.

Em contraponto, em “Histórias de cordéis e folhetos”, Márcia Abreu equipara o cordel português à literatura de folhetos do Nordeste do Brasil, apontando semelhanças e distinções, buscando encontrar elementos que associem na prática os dois fenômenos. Segundo a autora, as produções são frequentemente associadas, mas classifica como equivocada a hipótese de que o gênero seja de origem portuguesa. Abreu afirma que muitos pesquisadores estabelecem uma relação de dependência entre a produção nordestina e a lusitana, contudo, também fala da falta de estudos e análises que demonstrem essa confirmação. Com todas as possibilidades, a ideia comum entre os estudiosos é que “o material português sofreu alterações em contato com a realidade brasileira” (ABREU, 1999).

Márcia Abreu (1985), também detalha a chegada do cordel no Brasil e como ele foi sendo modificado através de autores brasileiros. Ela conta que as décadas de 1940 e 1950 foram muito favoráveis ao cordel pelo interesse das camadas populares em assuntos políticos do país, sendo que nesta época houve altíssimas tiragens dos folhetos ligados a Getúlio Vargas. A autora

cita Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista como alguns dos principais responsáveis pela literatura popular em verso assumir a nacionalidade brasileira.

Estes dois poetas, além de rimarem as histórias tradicionais, inventaram folhetos originais e colocaram o sertão como tema de suas composições registrando os fatos mais notáveis da região. Criaram uma literatura que atingia o homem nordestino devido à sua linguagem e ao seu modo de encarar o mundo, levando em conta a realidade, o sistema de valores, a moral e as crenças do povo a que se destinava essa literatura (ABREU, 1985, p. 104).

Abreu analisa e diferencia uma história contada em forma de cordel por um português e depois recontada por um brasileiro. Na versão brasileira escrita por João Martins de Athayde, a autora identifica uma valorização maior das personagens e a preocupação em caracterizá-las o melhor possível “talvez seja uma tentativa de aproximá-los mais do público, de fazer com que o povo se identifique com eles” (ABREU, 1985, p. 107).

Os autores Sale Mário Gaudêncio e Maria do Socorro de Azevedo Borba (2010) reconhecem o Nordeste brasileiro como o berço das mais variadas e ricas culturas, sendo o cordel parte desse contexto como uma manifestação artística/cultural de total importância para o povo brasileiro.

O cordel se enraíza no nordeste brasileiro em função de diversos aspectos, respectivamente: a questão étnica, que é de grande relevância desde a mais tenra idade da colonização brasileira; a falta de acesso ao conhecimento registrado, deixado apenas para os senhores de engenho, os coronéis, políticos e seus familiares; de haver neste nordeste, marcado pela seca, um ambiente basicamente ruralista, onde a forma e maneira de produzir passavam diretamente por uma cultura de subsistência humana; havia neste espaço situações marcadas por um forte messianismo; um patriarquismo ortodoxo; as peripécias do cangaço; do assistencialismo político, em especial com a indústria da seca. Desta maneira, o cordel não só, torna-se um grande instrumento de apoio e de grito para a cultura popular brasileira, mas, é visto como o refúgio, o aporte, o complemento para uma vida sofrida de mãos calejadas pela “lida” camponesa (GAUDÊNCIO; BORBA, 2010, p. 83).

O cordel como fonte de informação, segundo Gaudêncio e Borba, (2010) demonstra as características informativas dos folhetos e também fala da história desta poesia no Brasil. Contudo, em alguns trechos como o citado, eles reforçam a ideia de um Nordeste atrasado, estereotipado. Existem poetas cordelistas médicos, juízes, professores universitários; sem mãos calejadas do trabalho físico.

João Bosco Dumont do Nascimento e Francisca Pereira dos Santos afirmam que é necessária a formulação de um novo olhar não só sobre a história da literatura de cordel, mas



sobre a história literária como um todo. Os autores indicam que Lemaire (2010) propõe uma ruptura epistemológica profunda, que provoca a desconstrução do mito de uma literatura única, e na ruptura de verdades até então inquestionáveis, e de padrões etnocêntricos superiores e excludentes, ainda efetivos na sociedade contemporânea.

As atribuições dadas à literatura de folhetos nordestina, sobretudo a partir da década de 1970, além de implicar-lhes uma dependência (falsa) ao sistema editorial europeu, em particular as práticas de comercialização portuguesas, também trouxeram consigo rotulações perigosas que sufocaram o seu modo de expressão e lhe expuseram à marginalidade da cultura erudita. Lemaire (2010) enfatiza que as demarcações rígidas das disciplinas científicas detentoras dos critérios que permitiram decidir o que é verdadeiro, falso, superior, inferior, culto ou inculto, foram erguidas contra as culturas e identidades regionais apresentadas como atrasadas, conservadoras e em vias de extinção, sendo a sua cultura reduzida ao estatuto de folclore (NASCIMENTO; SANTOS, 2015).

A autora citada relata o processo histórico e as estratégias de apropriação do verso/folheto, por duas metodologias científicas absolutamente diferentes: a Literatura e o Folclore, e que a classificação do verso/folheto como “literatura popular” foi crucial para a sua marginalização e conseqüente exclusão do modelo da literatura nacional brasileira. Nascimento e Santos (2015) fazem referência a Resende (2007), que traz essa discussão para o cenário contemporâneo e demonstra as conseqüências vindas dessas rotulações, que dentre outras coisas tem propiciado uma grande resistência de teóricos em registrar as mudanças que o cordel tem passado ao longo dos anos.

O trabalho de Nascimento e Santos também cita a visão de Curran (1998, p. 17): “A literatura de cordel é uma poesia folclórica e popular com raízes no Nordeste do Brasil...”. Com base na afirmação de Curran, os autores revelam que a caracterização do cordel sob o viés folclórico e aparentemente tradicional, sem lhe acrescentar as relevantes modificações pelas quais tem passado, ainda é uma prática comum, que abre margens ramificadas e prolongam um único discurso, do cordel como expressão do passado.

Obeid (2008) não só reforça essa tese, mas também se mostra incomodado com a prática de alguns pesquisadores eruditos, que segundo ele insistem em “folclorizar” pejorativamente as manifestações populares, eliminando a sua contemporaneidade. Com base nessas postulações recorrentes, Zeni (2002, p. 50) capta a visão do poeta e editor contemporâneo Klévisson Viana sobre a questão: “Temos um pé na literatura de cordel e outro na modernidade. Tradição que não se renova vira peça de museu, vira folclore. E nós não queremos que o cordel vire folclore. Queremos que ele se estabeleça como tradição” ((NASCIMENTO; SANTOS, 2015).

## 2.1 CARACTERÍSTICAS JORNALÍSTICAS DO CORDEL

O poeta cordelista Rouxinol do Rinaré, autor do folheto trabalhado nesta pesquisa, concorda que no passado, quando não existiam as grandes mídias e as notícias demoravam a chegar nos rincões, dos sertões distantes, o cordel cumpriu também a função de jornal, mas acredita que afirmações como a de que o cordel é o jornal do povo são limitantes, “uma vez que nossa abordagem e nosso fazer poético é muito mais abrangente” (RINARÉ, 2021).

Para Rouxinol, Leandro Gomes de Barros é uma das suas principais referências literárias no cordel. O pioneiro era lido nas reuniões familiares em sua infância. O poeta paraibano Leandro Gomes de Barros, que inspira a criação poética de Rouxinol do Rinaré, é um dos responsáveis pela consolidação do Cordel no Brasil, tendo sido o pioneiro do formato impresso. As características próprias dessa literatura no país tiveram partida em suas produções e permanecem até hoje servindo como referência de forma para cordelistas. Por isso, é importante remontarmos aqui sua trajetória, para explicitar de que cordel falamos neste trabalho.

Leandro começou a escrever cordéis no final da década de 1880; ele viajava para divulgar suas obras, o que era muito comum entre os poetas dessa época. Mais tarde, a maneira de circulação dos folhetos mudou. Os autores podiam permanecer num lugar por mais tempo, sendo que os folheteiros e revendedores que eles empregavam faziam as vendas.

Os temas das obras de Leandro Gomes de Barros são diversos, tendo recorrentes folhetos-reportagem. Essa classificação dos folhetos se dá pela característica informativa que eles traziam – como aponta Márcia Abreu. Assim como Leandro, os cordelistas faziam críticas, denúncias e noticiavam fatos do cotidiano em suas rimas. *A notícia em versos: relações entre jornais e folhetos de cordel no Pará na primeira metade do século XXI* é o trabalho de Geraldo Magella de Menezes Neto, no qual o autor fez a análise das relações entre jornais e folhetos de cordel. A comparação foi entre as notícias sobre o caso conhecido como o “crime da Praça da República”, ocorrido em 1942, publicadas no jornal Folha Vespertina, e em dois folhetos de cordel do poeta Arinos de Belém, publicados pela editora Guajarina, de Belém do Pará. Menezes Neto buscou interpretar como ocorrem as transformações das notícias em versos de cordel.

Do mesmo modo, na relação da imprensa e dos folhetos de cordel, as notícias são retratadas nos folhetos a partir de uma fonte “primária”, que são as reportagens do jornal. O poeta realiza então uma “apropriação” das reportagens. Contudo, a história do folheto não é produzida da mesma maneira como é tratada no jornal: ela sofre várias alterações, uma “intervenção”, como conceitua Chartier, mas que nesse caso não é apenas uma “intervenção” do editor, e sim do poeta de cordel (MENEZES NETO, 2011, p. 56).

A sátira, principalmente à política e às religiões, os registros sobre o cotidiano, peleja, romance, guerra, cangaço, são os principais assuntos presentes nas centenas de cordéis do autor Leandro Gomes de Barros. Títulos como *O dinheiro*, *O testamento do cachorro* e *O cavalo que defecava dinheiro* inspiraram o escritor Ariano Suassuna na criação de *O auto da compadecida*. Em um texto publicado no site Suplemento Pernambuco, a pesquisadora Maria Gislene Carvalho Fonseca (assinando por Gisa Carvalho) escreveu sobre Leandro; na publicação, ela afirma que “os traços de machismo e de conservadorismo de sua obra são reveladores da transição entre os séculos XIX e XX. São marcas daquele cotidiano que permanecem até hoje, inclusive no cordel contemporâneo” (CARVALHO, s. d.). Ao mesmo tempo, Fonseca reitera que Leandro Gomes de Barros não se reduz aos sexismos e aos preconceitos. A autora fala da importância de suas obras e do cordel em geral como forma de resistência, instrumento de luta e política, e, ainda classifica o gênero como “deleite literário”. Para ela, Leandro tem uma importância fundamental para as formas que o cordel assume nos dias de hoje, mesmo com tantas transformações tecnológicas. “Mas o apego ao passado é estético e os poetas sabem que devem continuar nos rastros empreendedores de Leandro e se apropriar das mídias como aliadas” (CARVALHO, s. d.).

Entre o final do século XIX e início dos anos 1920 que as características gráficas, o processo de composição, edição e comercialização, haveriam de se consolidar, além do estabelecimento de um público para esse gênero. Neste seguimento, o cordel no Brasil já era totalmente diferente do Português. Gaudêncio e Borba (2010) apontam que os autores e grande parte do público pertenciam às camadas populares. Os folhetos tinham fortes vínculos com a tradição oral e boa parte tematizava o dia a dia dos nordestinos.

Assim como Fonseca, Rouxinol do Rinaré considera que os cordelistas da atualidade têm maior protagonismo por aproveitar a influência da grande mídia a seu favor, com espaços nas grandes feiras e bienais, como qualquer escritor. Ele cita que há, inclusive, mais de uma ocorrência de premiação de cordelistas no Jabuti, maior prêmio literário do país. Rouxinol é autor de mais de 80 títulos de cordéis, possui diversas obras adotadas em projetos de educação e acredita que hoje o maior público desta linguagem são alunos e professores.

Nos anos de 2016 e 2017, Fonseca (2019) acompanhou as declamações improvisadas realizadas nas feiras de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, e na Central de Campina Grande, Paraíba. Em sua pesquisa, ela observou que no Brasil o cordel é essencialmente oral, sendo, mesmo as versões escritas, estruturadas na oralidade.

O cordel conhecido no Brasil pode ser considerado uma linguagem a partir da qual poetas, cantadores, repentistas contam/cantam suas narrativas. Trata-se de uma poesia oral, algumas vezes transcrita, impressa e vendida em folhetos com dimensões de 11x16 cm (uma folha A4 dobrada ao meio duas vezes) e uma capa ilustrada. Esta linguagem se refere a uma poesia cantada, ritmada em sextilhas, septilhas, décimas e versos alexandrinos (12 versos por estrofe). O que trato como cordel neste trabalho é esta forma poética de narrar o dia-a-dia, seja cantando, seja em folheto impresso, mas, como a pesquisa indica, desdobrando-se em outras características a partir de variadas estratégias performativas e comunicacionais (FONSECA, 2019, p. 64).

A pesquisadora aponta ainda que o folheto de cordel opera, então, como uma maneira de fixar a voz. Assim, a temporalidade é diferenciada, já que o texto no formato impresso possibilita um alcance maior que a voz humana, que é representada apenas pelo corpo. Segundo Fonseca, o texto impresso presente nos folhetos perde a característica fluida da performance, quando lido individualmente, fora do tempo e do espaço dos poetas (FONSECA, 2019).

Principalmente pelas características informativas, é possível encontrar semelhanças entre o cordel e o jornal, considerando que não é a mesma coisa, mas existem aproximações. Sobre aspectos gráficos, Geraldo Magella de Menezes Neto aponta que as características de um folheto de cordel são bastante distintas dos jornais. O autor (MENEZES NETO, 2011) explica que os folhetos se distinguem pela sua característica física: são impressos em papel pardo, o que classifica como “má qualidade”, medindo de 15 a 17cm x 11cm. O nome do autor, os títulos dos poemas, a tipografia impressa e seu endereço ficam estampados na capa; por vezes, a data de publicação, o preço, a indicação do local de venda. O folheto é feito a partir de uma folha tipo sulfite, dobrada em quatro.

Sendo assim, o número de páginas da literatura de cordel deve ser múltiplo de oito, já que cada folha sulfite dobrada em quatro dá possibilidade para oito páginas impressas. Dessa forma, os folhetos podem ter de 8, 16, 24, 32, 48 até 64 páginas, dependendo da história. Neto afirma que a imagem na capa do folheto tem uma função muito importante, já que tem o objetivo de antecipar a história a ser contada. Ele diz que o folheto se diferencia também pela sua forma poética, que é característica primordial do cordel:

Não existe cordel em forma de prosa, apenas em forma de versos rimados. Márcia Abreu afirma que, para adequar-se à “estrutura oficial” da literatura de cordel, um texto deve ser escrito “em versos setessilábicos ou em décimas, com estrofes de seis, sete ou dez versos”. Deve seguir um “esquema fixo de rimas e deve apresentar um conteúdo linear e claramente organizado”. Deve, portanto, ter “rima, métrica e oração.” Portanto, a materialidade é importante para caracterizar o folheto, mas é a sua forma poética que confere legitimidade a um cordel (MENEZES NETO, 2011, p. 60).

Seguindo a reflexão das características jornalísticas identificadas no cordel, Carlos Alberto de Assis Cavalcanti relata um congresso em 1979, na Bahia. Segundo ele, o evento foi realizado para revigorar o cordel naquele momento. O paraibano Raimundo Luiz do Nascimento, conhecido como Raimundo Santa Helena, foi um dos grandes cordelistas brasileiros e um dos apoiadores do congresso (CAVALCANTI, 2007).

Cavalcanti (2007) relata que Santa Helena lançou, logo depois, o chamado “cordel urbano”, com temática ecológica inspirado em uma reportagem do Jornal do Brasil, que fazia matérias contra a devastação da Amazônia. Já Curran (1998), classifica Raimundo Santa Helena como “jornalista cordeliano”. O pesquisador explica como os poetas começaram a escrever sobre grandes eventos que vinham acontecendo no país. Esse foi o caso da Eco 92, congresso sobre meio ambiente realizado no Rio de Janeiro no ano de 1992 (CURRAN, 1998).

Os poetas registravam situações pelas quais o país passava, como exemplo, a quantidade exorbitante de trabalhadores no garimpo de Serra Pelada na década de oitenta (CURRAN, 1998). Em 1984, uma linha de abastecimento de petróleo pegou fogo e atingiu bairros pobres de Cubatão, polo industrial localizado a sessenta quilômetros do centro de São Paulo. Raimundo Santa Helena culpou a Petrobrás diretamente pelo incêndio que registrou quase cem mortes de moradores da Vila Socó. Em *Tragédia de Cubatão*, o autor denunciou que a empresa sabia dos riscos mas não deu importância ao caso. A obra traz fortes versos fazendo críticas ao governo e prestando solidariedade às vítimas:

Com a verdade não brinco,  
 Nem mesmo no carnaval -  
 Tanto na Vila Socó,  
 Ou depois, Vila Natal,  
 Queremos mais responsáveis,  
 Que os presidenciáveis  
 Nos mostrem algum sinal  
 De que têm um ideal  
 Com o Brasil compatível,  
 Porque a incompetência  
 Pode gerar combustível -  
 E depois da explosão,  
 A revolta do povão  
 Tem rumo imprevisível...  
 (Raimundo Santa Helena, 1984)

Na parte em que conta sobre a era que Getúlio Vargas foi presidente do Brasil, Curran diz que “os poetas cordelianos revelam percepção tardia eventos” e apresenta, em seguida,

trechos do cordel *Getúlio Vargas e o Estado Novo*, de Raimundo Santa Helena; o poeta lembra quando as notícias do governo eram divulgadas em sua juventude no Nordeste.

No sertão vi um trem levar civil  
Espingarda soldado e fuzil  
Pois o Plano “previa” uma guerra  
Nos planaltos, nas águas e na serra  
“liderada então por comunista”  
Alguém diz que foi farsa elitista  
Militares tomaram mar e terra...

Em novembro fechado o Congresso  
Militares vão ser interventores  
Nos Estados... até Governadores  
Entranhados na trama do processo  
(Pelo rádio falou Repórter Esso)  
Vão servir ao Ministro da Justiça  
Porque esta maneira submissa  
Era da “Constituição”  
Pra conter a “mortal revolução”  
E o povo com medo vai à missa)  
(Raimundo Santa Helena, 1987, p. 3)

O plano citado por Santa Helena é o Plano Cohen. No ano de 1937, Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, tinha prometido uma eleição para o ano seguinte. Todavia, ele não tinha nenhuma vantagem se ela fosse realizada. Sendo assim, ele pretendia aplicar um golpe de estado e algo que justificasse esse golpe. Elaborado pelo seu alto escalão do exército, o plano Cohen foi uma falsa conspiração de que a União Soviética iria invadir o Brasil, derrubar Vargas e implantar o comunismo no país. O Presidente apresentou o plano para a sociedade como se ele tivesse descoberto essa ameaça e justificou o cancelamento das eleições, mandando prender opositores e implantando o Novo Estado Varguista. A fase ditatorial durou de 1937 até 1945.

Curran menciona que a rápida mudança do cenário nacional é capturada pela memória de Santa Helena na imagem da corrida precipitada das tropas para combater a “ameaça” urgente da revolução comunista, mas tudo agora de maneira moderada, temperada com certa dose de cinismo (CURRAN, 1998). Outros autores e outros cordéis sobre o mesmo tema, são exibidos por Curran. Isso demonstra que acerca de cada período histórico abordado no livro, há cordelistas que escreveram sobre eles, mesmo que anos depois.

A partir da leitura dos trabalhos de Curran, Cavalcanti, entre outros, é possível confirmar inúmeros motivos de ter escolhido a linguagem do cordel para abordar um tema complexo e de interesse público como os crimes de rompimento das barragens das empresas Samarco, Vale e BHPbilliton.

Os autores consultados para este trabalho expõem como o cordel se mostra um formato comunicacional, podendo trazer ao mesmo tempo entretenimento, informações relevantes e assuntos polêmicos. Cavalcanti (2007) fala do viés jornalístico das narrações, que no passado, principalmente, eram escritas com um fundo de denúncia e também contendo lamentações do povo pelas injustiças sofridas: “A reivindicação social e política é um aspecto marcante no cordel, o poeta não é só o repórter da realidade, mas interfere nela, tenta modificá-la com o seu discurso lírico” (CAVALCANTI, 2007, p. 13).

Ana Maria Galvão (apud Gaudêncio e Borba, 2010) descreve o Cordel como, além de uma fonte de informação, um meio capaz de divertir. As autoras falam também, da contribuição que os folhetos podem ter no processo da educação, em especial, das camadas populares, por sua forma que estimula a descoberta do lúdico e do imaginário. Galvão (2001) relata que, na época, mesmo com a influência dos meios de comunicação de massa, o Cordel ainda se mostrava um poço rico de informações. Ela afirma que mesmo com a presença dos agentes externos (rádio, TV, internet), os folhetos conseguiam chegar a um público específico, inclusive das pessoas de baixa renda da população nordestina e/ou os grupos sociais que se identificavam com as histórias.

No trabalho “Espaços em disputa: o cordel e o campo literário brasileiro”, a autora Bruna Paiva de Lucena aponta que o gênero carrega preconceitos e é enxergado por muitos estudiosos como “pseudoliteratura”, expressão de um povo de regiões periféricas que relatam suas alegrias e dores através dos folhetos. Ao mesmo tempo, Lucena afirma que o cordel vem ganhando novas formas de produção e circulação. “Em páginas de livros, são crescentes os projetos editoriais que destinam à publicação dessa poética” (LUCENA, 2010, p. 12).

A poesia de cordel é também uma forma diferente de informar e de incentivar o interesse de diversos públicos pelo conhecimento de determinado assunto. É possível relacionar o cenário político, econômico, cultural, comportamental e ambiental atual com os acontecimentos dos crimes industriais, dentro dos versos de cordel.

Gabriela Kvacek Betella e Bárbara Laís Falcão da Silva Cação (2017) falam sobre as características do cordel brasileiro e de que forma seus elementos se combinam com os elementos da cultura popular.

A memória aparece como um aspecto importante de conservação desta prática de registro. Mais ainda quando se trata da poesia popular ou das narrativas em versos, como as produzidas no âmbito da literatura de cordel, que utiliza o esquema de rimas para auxiliar na memorização das narrativas pelo público, e também de figuras como o cantador, transmissor da tradição por meio da voz e do conhecimento acumulado (BETELLA; CAÇÃO, 2017, p. 48).

Cavalcanti (2007) afirma que o cordel pode não somente ser uma forma de comunicar os acontecimentos, mas também de incentivar o ato da leitura. Ao percorrer a história para contar a influência desta linguagem assim que chegou ao Brasil, o autor cita que a leitura dos folhetos contribuiu para a alfabetização de trabalhadores rurais que, de outro modo, não teriam oportunidade de aprender a ler. Os cordéis se apresentavam impressos em papel simples e utilizando poucos recursos técnicos, além das ilustrações a xilogravuras, o que os diferenciava dos livros escolares e de obras mais inacessíveis do ponto de vista da produção e do consumo (CAVALCANTI, 2007).

“A Literatura de Cordel aproxima o erudito e o popular, o coletivo e o individual, à luz de um contexto que reúne cultura, sociedade e história dentro de uma realidade que tanto pode atrair, como gerar afastamento” (CAVALCANTI, 2007, p. 28). Cavalcanti considera que o gênero literário pode ser considerado um jornal em versos, que delimitado em ritmo e métrica, o caracteriza ainda mais. Ele elogia a literatura de Cordel e a classifica como “uma das mais curiosas e extraordinárias expressões da arte nacional”.

O autor também relaciona o cordel ao jornal pelo fato dos dois terem conteúdos noticiosos, mas ressalta que o cordelista não é um jornalista, pois as práticas são muito diferentes. A pesquisa de Menezes Neto (2011), ressalta que transformar histórias em versos de cordel não significa apenas metrificar e rimar um texto. Fazendo referência à Márcia Abreu, o autor aponta que os folhetos são mais sucintos e diretos. Na comparação que ele fez sobre a maneira que um crime foi noticiado em jornais e depois por um cordelista, ele considera que o poeta selecionava as informações mais relevantes para se adequar à estrutura do cordel. Neto afirma que certas informações sobre os culpados reveladas nos textos dos jornais poderiam dificultar o entendimento do leitor quando transformados em versos, assim, o cordelista fazia substituição de nomes por termos coloquiais.

Em relação aos personagens, nos folhetos de cordel eles serão conhecidos “menos por uma descrição [física] do que por suas atitudes, a partir das quais se estrutura o enredo. Desse modo, o poeta Arinos de Belém omite a descrição que o jornal faz de Beatriz Colares, de que ela é “paraense, branca, casada, de 19 anos.” O poeta informa apenas que Beatriz é “de gênio inquieto e vário”, e que em relação aos conselhos do pai “via tudo ao contrário”, priorizando assim as informações sobre as atitudes dela no decorrer da história (MENEZES NETO, 2011, p. 68).

Mais uma vez citando Márcia Abreu, o autor reitera que o poeta não trata “apenas de enxugar o texto”, mas de “aproximá-lo das referências dos leitores” (MENEZES NETO, 2011, p. 68)



## 2.2 O CORDEL NA ATUALIDADE

Hoje, na era da internet e das redes sociais, o cordel tem ganhado visibilidade através do trabalho de poetas como Bráulio Bessa. O Cearense criou uma página no Facebook em 2011 para valorizar a cultura nordestina e combater os ataques sofridos pelo povo da região. Em pouco tempo a página ganhou milhares de seguidores, e logo depois, Bráulio foi convidado para participar do programa *Encontro com Fátima Bernardes*, na rede Globo de televisão. Ele passou a apresentar semanalmente o quadro *Poesia com rapadura*, recitando seus poemas inspirados no Cordel. Os vídeos têm milhares de visualizações no site da Globo e o poeta tornou-se uma figura pública na internet. O sucesso das poesias de Bráulio Bessa mostra que a linguagem do Cordel pode ser um jeito eficiente de alcançar as pessoas. Fonseca (2016) fala desta relação dos poetas da atualidade com a internet:

Atualmente, poetas utilizam as redes sociais e páginas na internet para divulgarem suas obras. É uma forma de visibilidade para o trabalho que continua a ser vendido impresso e baseado nas formas orais de construção poética. O uso de diferentes mídias mostra a flexibilidade que o conteúdo do cordel encontra, adaptando-se às diversas formas de reprodução e difusão, mostrando a abertura dos poetas à modernização de sua prática, rejeitando os conceitos que aprisionam os cordéis no passado, que o julgam atrasados ou engessados pelos primeiros modelos. Obedecem uma forma padrão, o que não significa uma prisão, e permite que o poeta encontre, com os avanços tecnológicos, novas formas de difundir sua poesia (FONSECA, 2014, p. 58).

Fonseca (2016) buscou identificar como a poesia de cordel, no cenário dos posicionamentos políticos polarizados, tem na rede social Facebook um espaço de visibilidade e repercussão, a partir dos versos de Bráulio Bessa (2014), que tratam das discussões travadas online sobre a temática política. No trabalho *Poesia de cordel no Facebook: as potencialidades do suporte no caso do cordel "Política x Amizade"*, Fonseca (2016) escolheu para análise a postagem do vídeo de 1'10 minutos com a declamação que tinha, na época, 14.701 compartilhamentos, 7.169 curtidas e 187 comentários.

A autora aponta que os versos ganharam visibilidade a partir do que o Facebook possibilita em torno dos compartilhamentos e cita Jenkins (2014), que chama de propagabilidade essa prática técnica e cultural das pessoas compartilharem conteúdos por motivos individuais, com a permissão dos detentores dos direitos autorais ou até mesmo contra os interesses deles.

Ainda segundo Jenkins (2014), as mídias digitais seriam estimulantes da reconceituação de fatores culturais que têm envolvimento nas relações sociais e, portanto, nas formas de participação política. Assim, Fonseca trouxe a reflexão de como o Facebook, nesse contexto de

polarização e conectividade, contribui para a visibilidade do cordel como lugar de produção de sentidos.

O Instagram tem o foco voltado para imagens/fotos, e mesmo o cordel sendo enraizado na tradição oral, atualmente ele também tem o seu espaço nesta rede social. Um exemplo é o poeta Ailton Mesquita que criou um usuário com o nome de *Um repente por dia*. Ele compartilha estrofes de poesia de cordel diariamente em uma arte gráfica que virou marca do seu Instagram. O perfil já soma mais de 72 mil seguidores. Mesmo em trechos curtos e numa rede social conhecida como “o lugar onde todo mundo é feliz”, os versos postados por Ailton também trazem críticas, como a postagem abaixo, a qual reprova o sistema policial brasileiro:

Imagem 1: Prints creen do Instagram @umrepentepordia



Fonte: Instagram, 2021.

Nascimento e Santos (2015) concordam que a inserção do cordel no ciberespaço é muito pertinente. Citando Santos (2010, p. 53), quanto a este formato cibernético, propõem a denominação de “internetização do cordel”. O cordel abandona o papel e entra na onda virtual da tela do computador. Começou a era revolucionária do cordel eletrônico, cibernético.

Na visão de Lima (2010) a internet tornou-se para literatura de cordel uma aliada, pois ela é um meio de divulgação a cerca das pesquisas acerca dessa literatura, bem como um meio de acesso às mesmas. Perquirindo esse

processo, Amorim (2010) nos provoca à seguinte indagação: “existe um novo cordel?”. A autora nos incita ao questionamento frequente dessa nova vertente, sob a égide de um texto bem estruturado que nos oferece não só novos conceitos, mas também novas concepções acerca do neocordelismo – termo cunhado pelo poeta contemporâneo Glauco Mattoso” (NASCIMENTO; SANTOS, 2015).

Todavia, segundo os autores, esse novo contexto em que se apresenta o cordel gera uma preocupação recorrente e um tanto incômoda: seria o fim dessa tradição cultural? Eles trazem a declaração de Thompson (1998, p. 160), parafraseado por Resende (2007, p. 415) que afirma que a tradição não foi destruída pela mídia, mas sim transformada por ela. Essa observação é útil para se pensar a relação entre cordel e mídia. Nascimento e Santos (2015) reiteram que se por um lado o desenvolvimento dos meios de comunicação no Nordeste foi um “obstáculo” para os cordelistas, por outro lado proporcionou os meios para a separação dessa prática tradicional, de seu contexto inicial de produção, para seu desenraizamento.

[...] ainda segundo Thompson, é a condição para a reimplantação de práticas tradicionais em contextos diversos. Mendes (2010) reforça essa postulação e enfatiza que a evolução dos suportes não tem a ver com transgressão, nem com a negação da tradição, mas com o aperfeiçoamento da mídia (o cordel). Os suportes vão se ajustando às novas demandas, a fim de conquistar mais e mais leitores. Todo este discurso resvala na conceituação profética e bastante otimista de Carvalho (2002, p. 48): “Ele (o cordel) vai permanecer e se transformar, recorrer a outros códigos, a outras possibilidades de manifestação” (NASCIMENTO; SANTOS, 2015).

Os autores (NASCIMENTO; SANTOS, 2015) acreditam no cordel como instrumento de mediação, circulação e uso de informações no cenário sócio-cultural. A poesia de cordel ainda alcançou, em 2018, o título de Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Conselho Consultivo do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Assim como afirmam Gaudêncio e Borba (2010) em sua obra e também os outros autores citados, o cordel é uma fonte de informação que pode ser muito bem aceita pelo público.

Já vivemos períodos muito difíceis, como é sabido por quem pesquisa essa literatura, mas atualmente o cordel vive um momento excelente! – Tombado recentemente como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, publicado em vários formatos e suportes, distribuído por grandes editoras (além dos próprios poetas), adotado oficialmente nas escolas do país, como qualquer outro gênero literário (RINARÉ, 2021).

Assim, a linguagem se mostra uma maneira de chamar atenção da sociedade para as histórias das vítimas e os fatos que envolvem crimes de grandes empresas contra a população e

o meio ambiente. O rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP Billiton), em Minas Gerais, no dia 5 de novembro de 2015 matou 19 pessoas; Outras milhões, que viviam ao longo da Bacia do Rio Doce foram atingidas. Os rejeitos de minérios de ferro devastaram tudo que arrastou até chegar ao oceano, no Espírito Santo, o que causou danos ambientais incalculáveis.

Rouxinol do Rinaré, cordelista brasileiro, escreveu em versos sobre o crime. Ele, que é do Ceará, pesquisou as informações sobre o rompimento em jornais impressos e também usou as notícias dos telejornais, além de consultar amigos que estudavam jornalismo em Minas Gerais, na época, que também passaram suas impressões ao autor. É indiscutível que os veículos midiáticos são importantes fontes de informação para inteirar a sociedade dos acontecimentos, como foram com a tragédia que aconteceu em Bento Rodrigues. Contudo, nem sempre esses canais de comunicação fazem uma cobertura correta dos fatos, além de deixá-los cair em esquecimento após algum tempo, como veremos no próximo capítulo.

### 3 O CRIME DA SAMARCO – MAIS UM NO HISTÓRICO DO BRASIL

O rompimento da barragem da Samarco em Mariana, Minas Gerais, não é uma tragédia isolada na história do Brasil. Outros desastres envolvendo grandes indústrias já aconteceram no país, afetando às pessoas e ao meio ambiente, por negligência. A falta de punição aos responsáveis faz com que esses crimes continuem ocorrendo. No rompimento da barragem em Bento Rodrigues, distrito de Mariana, há relatos de que a tragédia já era anunciada e que a empresa sabia de todos os riscos que a comunidade corria.

Este crime é recente na história do Brasil. Não obstante, há décadas que tragédias desse tipo acontecem no país. Como exemplos de grandes desastres industriais, é possível citar alguns: Incêndio na Vila Socó, 1984; Césio 137 em Goiânia, 1987; Vazamento de óleo na Baía de Guanabara, 2000; Vazamento de óleo em Araucária, 2000; Vazamento de barragem em Cataguases, 2003; Rompimento de barragem em Mirai, 2007; Vazamento de óleo Bacia de Campos, 2011; Incêndio na Ultracargo, 2015.

Sobre o último citado, o incêndio no terminal da Ultracargo, trata-se do maior acidente na história do Porto de Santos, e que assim como outras tragédias, deixou marcas inapagáveis na natureza e no social. Na época, o *site* Portogente fez uma publicação sobre o incêndio, que começou no dia 2 de abril e foi totalmente apagado só no dia 9 do mesmo mês. A publicação com o título *Incêndio da Ultracargo: uma tragédia anunciada* trouxe a entrevista com o engenheiro Celso Atienza analisando o desastre ocorrido em seis tanques de combustível — álcool anidro e gasolina — no litoral sul paulista. De acordo com o especialista, foi “uma tragédia anunciada”. Ele se opõe a quem atribui o acidente a uma fatalidade, dizendo: “Fatalidade é um termo que não se usa em engenharia de segurança. Existe irresponsabilidade” (INCÊNDIO... 2015).

A entrevista do engenheiro ao veículo de comunicação revela que um acidente não acontece por um único erro, mas sim por uma sucessão deles. Com base no depoimento do profissional, o Portogente revelou que no caso da Ultracargo, empresa do grupo Ipiranga, o armazenamento estava muito próximo, não foi obedecida a distância necessária entre os reservatórios para que o fogo não se espalhasse tão rápido como aconteceu, e não havia um sistema de espuma dentro dos reservatórios. Ou seja, medidas que poderiam estar adequadas e evitado o incêndio, caso a fiscalização estivesse em dia.

Outro problema apontado seria em relação ao tanque de decantação: “Quando há um vazamento, que também é uma das possibilidades de se iniciar um incêndio, ele deveria ser escoado para um tanque de decantação, os projetos não têm essa previsão. Isso é uma situação básica de projeto de engenharia de segurança” (INCÊNDIO... 2015). A matéria segue a crítica

indicando que o projeto de engenharia de segurança é feito para prever as tragédias. “Se você não quer que aconteça um desastre, se prepare para ele”, explica. E também afirma: “A cultura de segurança nos portos é zero” (INCÊNDIO... 2015).

O barateamento de projetos descumprindo normas, priorizando maior margem de lucro, se compara às relações corruptas em que se envolveram empreiteiras de renome internacional, como a Odebrecht. No final, quem paga é sempre a sociedade que forma a base da pirâmide, cujo topo é ocupado por líderes que buscam o lucro a qualquer preço (CONSTRUÇÃO... 2018).

Trechos como o citado acima, retirados do *site* Construção e Reparação Naval, que também fez publicações trazendo como tema o incêndio e a negligência da empresa responsável, descrevem, além desse, outros desastres, já que pelo histórico brasileiro, outros ocorridos têm essas mesmas características de imprudência e da explícita falta de impunidade que paira sobre as empresas em nome do lucro que elas representam.

Como mais um exemplo, ao final de 2015, o rompimento da barragem controlada pela Samarco, um empreendimento conjunto das maiores empresas de mineração do mundo, a brasileira Vale e a anglo-australiana BHP Billiton, em Bento Rodrigues, Minas Gerais, entrou para a lista de tragédias. Sem nenhuma resolução deste crime, enquanto os atingidos ainda esperavam, alguns passando dificuldades financeiras e até adoecendo, o Brasil presenciou outro desastre envolvendo barragem de rejeito de minério. Em 25 de novembro de 2019, o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, causou inundação de lama e rejeitos de minério de ferro que resultou na morte de 259 pessoas e 11 desaparecidos. Numa reportagem de novembro de 2019, a Agência Brasil declarou que a Agência Nacional de Mineração (ANM) havia divulgado relatório técnico assinalando que a tragédia poderia ter sido evitada se a Vale tivesse prestado informações corretas ao Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM) (COSTA, 2019).

Vemos que, infelizmente, ao falar de tragédia e impunidade no Brasil, não é difícil pontuar as que ocorreram. Ainda que não se trate de uma grande indústria, o incêndio na Boate Kiss aconteceu devido a uma série de irregularidades sob as quais o estabelecimento funcionava, outro caso em que até hoje as vítimas e familiares aguardam justiça. 242 pessoas, a maioria universitários, morreram na madrugada do dia 27 de janeiro de 2013. No livro *Todo dia a mesma noite*, Daniela Arbex conta histórias de pessoas afetadas pela tragédia. A jornalista fala que ainda arrasados com a perda, familiares e amigos das vítimas foram surpreendidos com a notícia de que a boate jamais esteve completamente regularizada (ARBEX, 2018).

O livro publicado em 2018 trazia a informação de que os acusados pelo incêndio na casa noturna respondiam em liberdade aos crimes a eles referidos.

No início de 2017, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu que Elissandro Spohr, o Kiko, Mauro Hoffman, Luciano Bonilha e Marcelo de Jesus deveriam ir à júri popular por homicídio de 242 pessoas e pela tentativa de homicídio de outras 636. Um recurso da defesa, no entanto, contestando a sentença, foi julgado no fim do ano. A decisão beneficiou os acusados (ARBEX, 2018, p. 117).

Quase uma década depois, os quatro réus do caso ainda aguardam o júri popular, que não tem data para acontecer. Essa história se relaciona com o crime da Samarco pela impunidade e pelo fato de que ambos poderiam ter sido evitados, se as normas legais de segurança fossem seguidas.

### 3.1 A COBERTURA JORNALÍSTICA DIANTE DE TRAGÉDIAS

Se um caso envolvendo réus “anônimos” segue impune, a crença por justiça nos casos de Mariana e Brumadinho fica mais distante. A Vale do Rio Doce tem responsabilidade nas duas barragens que foram rompidas. Para medir a influência desta empresa, de acordo com reportagem do G1 publicada em 2019, basta considerar o peso que a exportação do minério de ferro tem na balança comercial. A matéria revela que o minério é o terceiro produto mais exportado pelo Brasil, atrás apenas da soja e do petróleo. “No ano passado, as vendas de minério para o exterior somaram US\$ 20,215 bilhões e representaram 8,4% do total vendido pelo país. A Vale, segundo estimativa da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), tem uma fatia entre 70% e 80% do montante do produto exportado” (GERBELLI, 2019).

Na mesma reportagem, o *site* fala sobre o impacto da tragédia de Brumadinho para a economia da empresa: “No mercado financeiro, o estrago já se mostra grande. Na segunda-feira (28), a companhia perdeu R\$70 bilhões em valor de mercado. A agência de classificação de risco Fitch também já rebaixou a nota de crédito da companhia”(GERBELLI, 2019). Porém, analistas acreditam que o desastre afetou mais a imagem da Vale do que as suas finanças. Dias depois da tragédia, a Folha de São Paulo publicou uma matéria com este tema, em que afirmava que os números não machucavam a companhia de forma intensa, sendo o problema, a repercussão negativa. “O IBAMA já aplicou multa de R\$ 250 milhões, mas, na prática, são cifras que os analistas não consideram dramáticas para uma empresa cujo valor de mercado alcança R\$300 bilhões” (CUNHA, 2019).

No ano de 2020, o site do G1 publicou a notícia de que 1 ano após a tragédia de Brumadinho, a Vale já tinha recuperado o valor de mercado. “Empresa tem um valor de mercado semelhante ao que tinha antes do rompimento da barragem, que deixou 259 mortos e 11 desaparecidos. Alta do preço do minério e operação eficiente ajudaram retomada” (MELO; GERBELLI, 2020). Ao citar essas reportagens em seu programa *Greg News* (2019), o jornalista Gregório Duvivier faz inúmeras críticas ao funcionamento das mineradoras brasileiras e afirma que no país o crime ambiental “compensa”. Essa frase faz ainda mais sentido quando pensamos que o ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales, tem inúmeras denúncias “na conta” por envolvimento em exportação ilegal de madeira, além de outros crimes ambientais. Não obstante, o próprio Presidente da República, Jair Bolsonaro, soma muitos discursos com declarações defendendo a prática do garimpo e incentivando a exploração de reservas ambientais protegidas (SILVA, 2020).

Ainda que os valores das multas não gerassem grande impacto na economia da Vale, a empresa deixou de cumpri-las. O jornal O Globo revelou, na semana do rompimento da barragem em Brumadinho, que três anos após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, a mineradora Samarco, que tem a Vale como uma de suas acionistas, não havia pago nenhum centavo de multa ambiental ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). As informações foram do próprio órgão, que informou ter instaurado 25 autos de infração que resultaram em multas da ordem de R\$ 350,7 milhões à mineradora. “Os dados revelam a dificuldade que o Governo Federal tem para punir grandes empresas, mesmo após desastres, como o rompimento de barragens de rejeitos em Brumadinho (MG)” (COUTINHO, 2019).

Falando da cobertura da imprensa sobre a tragédia do rompimento da barragem em Mariana, é importante ressaltar que a Samarco, a Vale e a BHP criaram a Fundação Renova, um órgão responsável por construir soluções indenizatórias para ressarcir os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. Contudo, assim como afirma a reportagem da Carta Capital (ANDRADE, 2021), o MPF começou a investigar a relação entre a fundação criada pelas empresas, o juiz do caso e advogados contratados para defender as vítimas do desastre. A matéria denuncia a possibilidade de que a disputa por indenizações da Samarco tenha ameaças, honorários milionários e “caça” a atingidos. A notícia publicada em julho deste ano, começa assim:

Há uma semana, um morador da cidade mineira de Conselheiro Pena teve que deixar o lugar onde morou por toda a vida por medo de retaliação. O motivo?



Ele desconfia que um mecanismo criado pela Justiça com o apoio da Samarco, cujo objetivo anunciado é agilizar o pagamento aos atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão em Mariana, esteja na verdade prejudicando as vítimas do maior desastre socioambiental do País (ANDRADE, 2021).

A Carta Capital já havia revelado, meses antes, que uma força tarefa pediu a saída de um juiz envolvido no caso da Samarco. Mário de Paula Franco Jr foi apontado como parcial na condução de processos relativos à reparação dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. Sobre as indenizações, a reportagem explica que uma solução acessível e rápida é tudo o que as vítimas da tragédia buscam. Com a intenção de facilitar e agilizar o processo de recebimento, o juiz Mário de Paula Franco Jr, da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, teria criado o “Sistema Indenizatório Simplificado”. A revelação é que outras autoridades, entretanto, viram ali um esquema que, na verdade, favoreceria as mineradoras responsáveis pelo rompimento: Samarco, Vale e BHP (COLODETI; ANDRADE, 2021).

“Em pelo menos 30 cidades da Bacia do Rio Doce foram formadas, com autorização do juiz Mário de Paula, comissões compostas por vítimas e advogados, contratados para representá-las em ações indenizatórias diretamente com a Fundação Renova” (COLODETI; ANDRADE, 2021). De acordo com a reportagem, como pagamento, os advogados ficavam com parte do valor da indenização e as mineradoras eram liberadas para participar de negociações. Tudo sem o consentimento da força-tarefa formada pelo Ministério Público Federal, o Ministério Público de Minas Gerais e a Defensoria Pública Federal e Estadual de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A defensora pública capixaba Mariana Andrade Sobral foi entrevistada e disse que na prática, nessas reuniões, as vítimas acabavam fazendo acordos desvantajosos, abrindo mão de direitos que já estavam sendo negociados coletivamente pelas Instituições de Justiça. “Aceitar o novo modelo implica em quitação definitiva de qualquer indenização em aberto, inclusive do Auxílio Emergencial. A pessoa também precisa abrir mão de eventuais processos judiciais no Brasil e no exterior e concordar com o fechamento do cadastro de novos atingidos” (COLODETI; ANDRADE, 2021).

O sistema é promovido pela Fundação Renova, que oferece um formulário on-line para requerimento de indenização. A primeira comissão foi criada em 23 de abril de 2020, com o nome *Comissão de Atingidos de Baixo Guandu*, com a ata de formação registrada em cartório. Nove pessoas faziam parte do grupo, que tinha representação de uma advogada. A Ação Civil Pública aponta que, para o juiz Mário de Paula, essa Comissão, assim como outras, tinha o

poder extraordinário de representar os interesses dos atingidos de toda a cidade, mesmo que nem todos participassem dos encontros.

A realização de sucessivas reuniões informais com lideranças atingidas, sem a presença das instituições de Justiça, foi confirmada em um depoimento colhido pelo Ministério Público Federal em 18 de março. Segundo o documento, a testemunha informou que o juiz teria sugerido a adesão dos participantes ao seu “sistema indenizatório simplificado sob pena de possível atraso no processo que seria julgado por ele” (COLODETI; ANDRADE, 2021).

Em uma dessas reuniões, em 16 de abril de 2020, cuja gravação foi obtida pelo site Observatório da Mineração, o juiz aliciou os advogados a convencerem os atingidos a aderirem a seu sistema. Todavia, de acordo com o artigo 145 do Código de Processo Civil, inciso II, é proibido a um juiz “aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa” (COLODETI; ANDRADE, 2021). Em resposta à investigação revelada pela Carta Capital, a Fundação Renova falou dos números já “gastos” com indenizações e defende o programa:

As indenizações ganharam novo impulso com o Sistema Indenizatório Simplificado, implementado pela Fundação Renova a partir de decisão da 12ª Vara Federal em ações apresentadas por Comissões de Atingidos dos municípios impactados. Ele tem possibilitado o pagamento de indenização a categorias com dificuldade de comprovação de danos. O primeiro pagamento por meio do sistema foi realizado em setembro de 2020. Em março de 2021, o total de pessoas indenizadas chegou a 10 mil, e o montante é de cerca de R\$ 900 milhões. Os valores das indenizações, definidos pela Justiça, com quitação única e definitiva, variam de R\$ 17 mil a R\$ 567 mil de acordo com a categoria do dano. Até o momento, 22 localidades aderiram ao Sistema (COLODETI; ANDRADE, 2021).

A declaração da Renova dizia ainda que a Fundação tem a escuta, o diálogo e a participação social como práticas norteadoras de suas ações junto às comunidades atingidas e que as ações de engajamento são fundamentais para a construção do caminho conjunto. “A Fundação Renova disponibiliza canais permanentes de comunicação e interação com a sociedade por meio de espaços fixos, virtuais e central 0800. Ela trabalha para assegurar que as respostas sejam dadas no prazo estabelecido, em linguagem acessível, adequada e compreensível às partes interessadas” (COLODETI; ANDRADE, 2021).

A matéria veiculada na Carta Capital, em que foi revelado o envolvimento ilegal de um juiz no caso da Samarco, foi apurada pelas jornalistas Elisângela Colodeti e Naiana Andrade. A primeira, que é repórter investigativa independente e professora, conversou comigo

virtualmente sobre a produção da reportagem. Quando perguntada sobre a dificuldade de “tocar na ferida” dos poderosos, das grandes empresas, ela respondeu:

Quando a gente fala de grandes conglomerados de comunicação que estão inseridos num sistema financeiro neoliberal, num capitalismo financeiro, que é marca da nossa época, a dificuldade é justamente esbarrar nos interesses financeiros que estão muitas vezes compartilhados com essas grandes empresas, essas grandes corporações, como é o caso das próprias mineradoras. Então, esse é um dificultador, com certeza. Mas o trabalho do jornalista é justamente luz, crítica, a essas questões, não deixar que o assunto se perca, apurar com profundidade (COLODETI, 2021)

Diante da afirmação de que muitos casos de tragédias no Brasil são esquecidos pela mídia, mesmo se os culpados não tenham sido punidos devidamente, perguntei sua opinião sobre como o jornalismo atua ou pode atuar para que esses casos não caiam no esquecimento. A repórter replicou que é justamente relembrando os casos: “Sempre que há algum fato novo, ou mesmo que não haja, porque isso já é um fato. Trazer luz a essa questão, ao acontecimento novamente. É isso que a gente busca fazer trabalhando no jornalismo independente, a gente busca estar próxima às vítimas, sempre que elas trazem alguma informação a gente checa, a gente busca novidades e oferece pros veículos” (COLODETI, 2021).

Sobre a reportagem como uma ferramenta para que o caso caminhe, para que novas consequências jurídicas sejam tomadas, eu acredito plenamente nisso. Acredito que investigações possam ser retomadas, inquéritos possam ser reabertos, que possa haver movimentação judicial, sim. Muitas vezes uma investigação jornalística aponta falhas, por exemplo, de investigação. Traz novos depoimentos, novos pontos, que a justiça pode sim tratar. Inclusive, fontes oficiais muitas vezes recorrem aos jornalistas para que possa haver visibilidade a respeito de alguma investigação que tenha sido feita, de alguma decisão que tenha sido tomada. Para que haja um apelo maior popular, uma força maior diante da opinião pública, também. Então, a gente não duvida dessa força do jornalismo nesse sentido (COLODETI, 2021).

Nesta investigação revelada pela Carta Capital, tivemos um bom exemplo de atuação do jornalismo no impulsionamento de justiça para casos de tragédias criminosas, assim como disse Colodeti. Contudo, pelo histórico de crimes ambientais que ocorreram no Brasil, muitos veículos midiáticos realizaram suas coberturas expondo de forma inadequada as pessoas atingidas, além de não retomarem as pautas tempos depois dos acontecimentos.

### 3.2 OUTRAS NARRATIVAS POSSÍVEIS

Em um caminho diferenciado, o jornal *A Sirene* representa midiaticamente as vítimas do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, e a partir disso, garante melhores condições de lutar pelos seus direitos. As matérias são escritas por atingidos que, junto com colaboradores, atuam diretamente na criação das pautas e no andamento das reportagens que denunciam a impunidade que permanece sobre os responsáveis.

O jornal, mantido por um acordo (Termo de Ajustamento de Conduta) entre os atingidos, o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana, é considerado pelas vítimas um “jornalismo possível”. Na edição publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, o editorial do *A Sirene* dizia:

A capa deste mês é, então, fruto da reflexão que fazemos sobre os canais de comunicação e os interesses que eles têm sobre nós, ainda tentando entender o quanto nos representam e de que forma somos mostrados. Quando trazemos a realidade para o nosso meio, a tevê desligada simboliza a ausência de uma cobertura justa; ao mesmo passo, o personagem não fica desamparado, pela razão de ter um rádio (outros meios) como companheiro. Ressaltamos, assim, a importância que vemos no Jornalismo, principalmente neste que o *A SIRENE* se propõe, de forma independente e desvinculada de qualquer empresa (*A SIRENE*, 2018).

O jornal deixa claro seu principal objetivo, que é o de ecoar a voz dos atingidos. No dia 5 de novembro de 2015 aconteceu a tragédia que matou 19 pessoas e destruiu diversas comunidades. Desde fevereiro de 2016, no quinto dia de cada mês é lançada uma nova edição do periódico. Além dos relatos sobre as dificuldades enfrentadas, e também denúncias sobre as empresas responsáveis e suas controladoras, *A Sirene* produziu histórias marcantes sobre os efeitos da tragédia na vida de centenas de famílias. A equipe conta com o apoio de grupos técnicos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de assessorias direcionadas às vítimas, movimentos sociais e coletivos.

Realizado a partir de um edital do Canal Futura, eu, Uriel Marques e Amanda Louzada, dois colegas jornalistas, produzimos um documentário chamado *Sirene* (2019), gravado entre 2018 e 2019 e exibido no canal em 2020. As principais gravações foram feitas no município de Barra Longa, que também foi afetado pela onda de lama. Diversos moradores e também colaboradores do *A Sirene* deram seus depoimentos e falaram da importância do jornal em suas vidas.

Um dos depoimentos é de Simone Silva, uma das atingidas de Barra Longa e também é jornalista do *A Sirene*. Ela começa a entrevista dizendo que o jornal é dos atingidos, para os

atingidos, pelos atingidos. Simone faz parte da equipe desde a edição zero, publicada em janeiro de 2016, logo após o crime. “Foi o primeiro jornal que deu voz ao meu grito de mãe, onde que contava, levava o meu grito a outras pessoas, dizia que a minha filha já estava com os sintomas alérgicos. E hoje, tem mais do que prova, mais do que documento que ela está realmente contaminada pelos metais pesados” (SIRENE, 2019), disse Simone, relatando também que nunca imaginou trabalhar em um jornal e muito menos ser jornalista, e assim, se sentia completa porque conseguia dar voz ao seu grito e dos seus vizinhos também.

Sobre a montagem de pautas e reportagens, o trabalho do jornal sempre foi em total parceria com os atingidos. Larissa Pinto, na época, editora de fotografia, conta que quando vai conversar com as fontes, a equipe evita ao máximo fazer foto durante a entrevista. “Só quando a pessoa tem mais tranquilidade a gente consegue fazer isso com mais calma, e não é do jornal a gente forçar, porque a gente entende que os outros jornais estão fazendo isso. Então o nosso papel aqui é fazer um jornalismo diferente” (SIRENE, 2019), relata.

A comparação da forma como as grandes mídias, no geral, tratam do crime do rompimento da barragem à maneira como é tratado no *A Sirene* é depoimento tanto da equipe do jornal, quanto dos demais entrevistados. O Sr. Aloísio Martins, um idoso morador Barra Longa, desabafou durante a entrevista: “Eu me sinto bem com essa notícia do jornal (*A Sirene*), que vai falar e expor nossos problemas, porque muitas coisas nossas ficam por debaixo dos panos, não chega a lugar nenhum. Eles lá que provocaram a lama, eles contam do jeito deles, nunca é legal” (SIRENE, 2019).

Na época da produção do documentário, 2018/2019, a equipe do *A Sirene* contou que o dinheiro disponibilizado pelo TAC tinha prazo para acabar. Eles não sabiam dizer qual era esse prazo, mas hoje, em 2021, o jornal já busca outros meios para se manter, pois o fim do recurso parece estar muito mais próximo. Uma das fontes de recursos procurada para manter a produção é a campanha de financiamento coletivo. Eles lançaram a campanha e estão recebendo doações pontuais e mensais, até mesmo em troca de recompensas, como por exemplo: fazendo certos tipos de doações você pode receber edições do jornal. Os apoios estão sendo recebidos através da plataforma da Evoé<sup>1</sup>.

No artigo *A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e espetacularização da notícia*, Wilson Costa Bueno analisa os meios de comunicação diante de catástrofes ambientais, a partir do rompimento da barragem de Fundão. O autor enfatiza o

---

<sup>1</sup>APOIE o Jornal A Sirene. S. d.. Disponível em: <https://evoe.cc/jornalasirene>. Acesso em: 7 ago. 2021.

importante papel da imprensa em mostrar os fatos com clareza e contribuir para a punição dos responsáveis.

A pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS) (2016) citada por Bueno (2016) revela que apenas o gerenciamento adequado da natureza poderia evitar mais de 6,5 milhões de mortes por ano, entre crianças e adultos. As tragédias ambientais acrescentam números altos neste cenário dramático, sendo que catástrofes como o furacão Katrina (2005), nos EUA; o terremoto na região de Caxemira (2005), em especial no Paquistão; o terremoto no Haiti (2010); o acidente nuclear de Fukushima, no Japão (2011); o tufão Hayan nas Filipinas (2013), entre outros, seriam eventos que vitimaram meio milhão de pessoas, com consequências duradouras para as populações que sobreviveram.

No Brasil, desastres ambientais como as enchentes na região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011, também causaram inúmeros prejuízos. Mais recentemente, as grandes tragédias envolvendo barragens de rejeitos das empresas Vale, Samarco e BHP Billiton deixaram centenas de vítimas e também danos irreparáveis à natureza. Diferentemente dos fatores naturais que desencadeiam algumas catástrofes, os rompimentos das Barragens em Bento Rodrigues e Brumadinho têm suas causas relacionadas à negligência e falta de fiscalização no país.

Bueno (2016) analisa a gestão da comunicação antes, durante e após o crime ambiental do rompimento da barragem de Fundão, no distrito de Bento Rodrigues. Ele aponta que não somente as empresas envolvidas e os órgãos de fiscalização tiveram uma postura incorreta, mas também que a imprensa oscilou entre a espetacularização da notícia e o compromisso com o interesse público. O autor afirma que esta prática não acontece apenas na cobertura de catástrofes por meios de comunicação brasileiros, mas está presente, com as mesmas características, em todo o mundo.

A inexistência de profissionais capacitados para a cobertura de catástrofes ambientais é, segundo Bueno, uma das razões que contribuem para uma cobertura fragmentada, descontextualizada e imprecisa do que chama de “problemática ambiental”. Por outro lado, o autor destaca a existência de uma pequena parcela de jornalistas especializados nesta área e de veículos independentes que, de acordo com ele, conseguem tratar dessas questões de maneira abrangente e adequada, muitas vezes denunciando abusos e desvios de condutas de governos e empresas (BUENO, 2016). Simone Silva, entrevistada no documentário *Sirene* (2019), fala da diferença que sente em relação às grandes mídias e o jornal *A Sirene*, que seria um exemplo de veículo independente: “As nossas falas são editadas e parece que você está falando a favor da empresa. Não dá voz ao seu sofrimento, aquilo que você vive no território. Já o nosso jornal *A*

*Sirene*, não. Nosso jornal *A Sirene* fala aquilo que o atingido vive em território, a realidade do atingido”. Ademais, ela afirma também que já não gosta mais de dar entrevistas.

A grande mídia, através da qual a maioria das informações ambientais chegam ao público, não é especializada em meio ambiente. Os veículos da mídia ambiental podem ser institucionais, ou seja, de empresas que desejam destacar a sua relação com o meio ambiente, e também não-institucionais, que são aquelas especializadas em meio ambiente e que apresentam os vários ângulos dos temas. Mesmo com as diferenças, inclusive de princípios, pode-se dizer que são mídias complementares.

Uma das desigualdades entre os tipos de mídia é que os grandes veículos de comunicação têm interesse em divulgar uma notícia visando repercussão e reflexo na sua audiência. Assim, quando um assunto deixa de atrair ao amplo público, deixa de ser noticiado. Já a mídia ambiental tende a manter a discussão na pauta mesmo depois de passado o problema, oferecendo à opinião pública uma análise mais aprofundada sobre as consequências, responsabilidades e desdobramentos. Isso não significa que seja uma mídia isenta de interesses; ela também passa pelo aspecto do patrocínio.

Apesar de precisar de informação ambiental, a sociedade ainda não se dispõe a comprar esta informação, seja nas bancas ou através de assinaturas, o que torna a sobrevivência sem recursos um desafio para estas mídias. Na análise “A importância da mídia ambiental”, o site *Observatório da Imprensa* aborda que a mídia ambiental é uma desconhecida da sociedade em geral. Em um dos trechos, traz:

Não é à toa que o pensamento dominante na sociedade ainda considera a poluição e a degradação ambiental como preços a pagar pelo progresso. Apesar de falso, este pensamento tem contribuído para a desmobilização da cidadania e para a perpetuação do atual modelo dominante (BERNA, 2007).

*A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e espetacularização da notícia* traz uma análise dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Valor Econômico, em que coletou todas as notícias/reportagens, editoriais, e-mails de leitores, artigos etc. que se reportaram aos 30 primeiros dias após a ocorrência do desastre em Mariana. Bueno (2016) conclui que foram praticados excessos e espetacularização do noticiário em nome da audiência e sensacionalismo midiático. Ele enxerga que o processo nem sempre é saudável ou positivo, e comenta o foco e a atenção da imprensa sobre estes episódios apenas após a sua ocorrência, quando danos materiais e de vidas humanas já não podem ser revertidos, sendo que, ao longo do tempo, ignora os reais riscos intrínsecos a estes

projetos, especialmente quando eles ficam à mercê da ganância das empresas e da omissão de autoridades. “A vigilância cívica não pode ser exercida apenas após a ocorrência dos desastres ambientais e é fundamental que a imprensa, assim como as autoridades, os órgãos de fiscalização, os governos, a pratiquem permanentemente” (BUENO, 2016, p. 40).

Bueno (2016) se refere à falta de registros de que os noticiários brasileiros, em particular esses quatro jornais, tenham chamado, antes da ocorrência da tragédia, a atenção das autoridades e da opinião pública para esses riscos, mesmo existindo fontes e documentos que indicavam problemas na gestão da barragem de Fundão, em Mariana. Apesar da crítica a esta postura, o autor não deixa de enfatizar a importância da imprensa nesses momentos. O trabalho demonstra uma fundamental responsabilidade do jornalismo para favorecer a circulação de informações que podem contribuir para o esclarecimento das populações atingidas e a opinião pública, após a ocorrência dos desastres, e também para promover o debate permanente sobre a necessidade de gestão competente e responsável destas obras.

No caso específico do crime ambiental de Mariana, Bueno afirma que a função foi cumprida no sentido de impedir que o episódio estivesse apoiado em causas naturais, como insistiam as empresas responsáveis, com a cumplicidade de autoridades comprometidas com a liberação das obras e a não fiscalização de seu perfeito funcionamento. Segundo a avaliação dele, mantiveram a cobertura regular da tragédia e o espírito investigativo (BUENO, 2016).

Em *Como comunicar numa situação de emergência ou de crise*, Gisela Oliveira (2007) apresenta caminhos para informar em contextos de crise. A autora reitera que em situações de limite emocional, a comunicação torna-se, necessariamente, mais difícil. Segundo ela, o desenvolvimento da capacidade de se colocar no lugar do outro já levaria a uma comunicação bem sucedida. As pessoas que ficam expostas a situações de emergência têm, de acordo com Gisela, sua vida normal alterada. Esta alteração leva, naturalmente, a uma variação das suas ações e reações, das suas emoções, das suas capacidades de discernimento, da sua forma de pensar, de perceber e de interpretar.

Para que, mesmo com estes aspectos, o sucesso do processo comunicativo não sofra prejuízo e nem altere a realidade durante uma emergência, a autora (OLIVEIRA, 2007) diz que é preciso considerar duas situações: a primeira é sobre as pessoas que estão envolvidas e mais próximas da emergência; A segunda, as pessoas que estão distantes da emergência e querem ser informadas sobre o acontecimento. O desafio maior seria das pessoas que estão mais próximas ou envolvidas na emergência e precisam informar às outras. Esses indivíduos poderão ser as autoridades de socorro ou segurança, o assessor de imprensa, o jornalista. A estes cabe o



desafio de analisar com cuidado a situação e comunicá-la sem manipulação do sucedido, para que assim, quem a ouve possa fazer sua interpretação.

O desafio é intenso, já que se trata de pessoas com emoções particulares, o que pode dificultar o discernimento e a análise do cenário. Socorristas, assessores, jornalistas estão pressionados por outras pessoas que querem ser informadas, pelos familiares das vítimas, pelos superiores hierárquicos, pelos políticos e, no caso dos jornalistas, pelas empresas de comunicação, pelos chefes de redação, pelas audiências, o que torna a situação mais complexa. Apontar uma solução não é tarefa simples.

As empresas de comunicação tentam cumprir as exigências do público, que exige o imediatismo da informação, o “aqui e agora” do acontecimento. Uma maneira de atender a estas exigências é colocando uma equipe de reportagem, sobretudo, televisiva, direto no local da ocorrência. Em referência a Dominique Wolton (1999), Oliveira (2007) descreve que a desestabilização que atinge os envolvidos, em caso de crise, afeta igualmente os comunicadores, quando o seu papel deveria ser, segundo Wolton, permitir, a uns e a outros, um certo distanciamento.

De acordo com Wonton (1999 apud OLIVEIRA, 2007), a informação requer distância para que a visão global da realidade permita a análise da situação. Para ele, quando se consegue este distanciamento, é possível analisar uma ocorrência de todos os seus ângulos, e assim, pode-se dizer que a situação foi mediada. No processo comunicativo, um mediador é um canal entre os emissores e os receptores. Wolton defende que o “direto” não é sinônimo de verdade, reforçando que um acontecimento que é transmitido em direto é conduzido em desordem.

Os avançados meios tecnológicos que integram hoje as redacções, a actualização ao minuto das notícias, as exigências dos diversos públicos são três das razões que deixam os jornalistas muitas vezes em situações ingratas: por um lado não têm tempo para se distanciarem dos acontecimentos e muito menos para fazerem uma análise rigorosa dos mesmos. São postos perante as situações sem qualquer informação que sustente o seu trabalho. É-lhes exigida muita informação, devidamente actualizada, fundamentada no menor tempo possível (OLIVEIRA, 2007, p. 115).

Pode-se dizer que não há regras pré-estabelecidas para elaborar um bom plano de comunicação em situações de emergência, especificamente, já que por melhor que se planeje, há sempre algo que falha, algo que pode ser melhorado, pois não há duas situações iguais. Contudo, seguindo o próprio código de ética dos jornalistas é possível acertar e evitar erros que como dito anteriormente, ocorreram nas coberturas da grande mídia sobre a tragédia de Mariana e em muitos outros episódios de desastres.

Nestes casos, precisamos olhar, principalmente, para as seguintes normas, presentes no Código de Ética estabelecido em 2007 pela Federação Nacional dos jornalistas: “Capítulo I - Do direito à informação [...] Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que: I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores. II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;”; “Capítulo II - Da conduta profissional do jornalista [...] Art. 4º O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação [...] Art. 6º É dever do jornalista: [...] VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão” (BRASIL, 2007, p. 01); “Art. 7º O jornalista não pode [...] II - submeter-se a diretrizes contrárias à precisa apuração dos acontecimentos e à correta divulgação da informação;”; “Capítulo III - Da responsabilidade profissional do jornalista—[...] Art. 11. O jornalista não pode divulgar informações: I - visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica; II - de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes” (BRASIL, 2007, p. 02); “Art. 12. O jornalista deve:—[...] III - tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar” (BRASIL, 2007, p. 03).

O artigo 17 do Capítulo V — Da aplicação do Código de Ética e disposições finais — indica que os jornalistas que descumprirem o Código de Ética estão sujeitos às penalidades de observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do sindicato e à publicação da decisão da comissão de ética em veículo de ampla circulação (BRASIL, 2007, p. 04).

Os princípios do Código de ética do jornalismo podem direcionar o trabalho dos profissionais, e sim, facilitar uma cobertura mais íntegra dos fatos. Todavia, é impossível pensar em fazer jornalismo como uma receita de bolo. A jornalista Sara Pavani, repórter do programa *Profissão Repórter*, falou, em entrevista virtual, sobre as diferentes faces do trabalho jornalístico. Segundo ela, não seria justo comparar o modelo de reportagem que ela faz no programa Global com as que, muitas vezes, são feitas pelos seus colegas que trabalham com *Hard News*. Sara considera o *Profissão Repórter* “fora da curva”. De acordo com ela, para Caco Barcellos (seu chefe) não importa o “agora”, mas sim, o melhor (PAVANI, 2021).

E aí o melhor vem com o tempo de acompanhamento. Mas isso é um privilégio porque enquanto os jornalistas factuais estão lá tentando entender o que aconteceu, falar da importância a nível mundial dessa situação, tentar descobrir quem errou, se existiu um erro, quem foram os afetados, a nossa câmara está virada pro outro lado. O nosso programa tem uma semana de acompanhamento. Eu tenho uma semana pra ir lá na casa do João, se eu quiser, que foi afetado por isso e passar um dia (como a gente fez) com ele procurando o filho. Agora, aquele jornalista que tá ali pra me contar o que aconteceu, um repórter lá no Rio Grande do Sul, pra falar do impacto de Mariana a nível Brasil, ele não vai ter tempo de ir no João, sabe? (PAVANI, 2021).

Por outro lado, a repórter diz que é necessário para todos os jornalistas terem uma conduta mais empática. Ela afirma que isso tem sido cobrado aos profissionais. “Às vezes a gente tá numa situação tão terrível, como eu cobri a morte dos garotos do Ninho do Flamengo; Eu passei 24 horas no IML, às vezes você quer tanto saber o que aconteceu que você esquece de olhar para a pessoa e falar: sinto muito!” (PAVANI, 2021). Ela acredita que em casos assim, o jornalista será sempre um estrangeiro, mas que ele precisa entender que ele é o canal.

A tragédia citada por Sara se trata do incêndio que atingiu o alojamento das categorias de base do Flamengo, no Ninho do Urubu, e matou dez jovens. No dia 8 de fevereiro de 2019, uma pane na eletricidade causou o incêndio que tirou a vida dos atletas. Uma reportagem do G1 publicada em 2020 apontou que documentos em poder da Justiça revelaram que o Flamengo foi alertado para a situação de “grande risco” do alojamento nove meses antes do incêndio que matou os adolescentes. Em um *e-mail* de 11 de maio de 2018, por exemplo, os responsáveis pela administração do centro de treinamento receberam um relatório feito por um técnico contratado pelo Flamengo que indicava problemas em diversos itens do sistema elétrico. Esse relatório alertava para a necessidade de um “atendimento emergencial”. Na ocasião, o Presidente, Eduardo Bandeira de Mello, disse que não tomou conhecimento do conteúdo desses *e-mails*.

Quando questionada sobre a demora para a justiça agir em casos de crimes que envolvem grandes corporações, a jornalista diz que vivemos num país em que está sendo insuportável trabalhar, onde não se consegue tocar nos grandes e quando se toca é preciso saber como toca, trabalho de “formiguinha”.

Eu acho que a melhor maneira de contar sobre os problemas é quando eu acompanho o drama de uma família. O que que essa família está passando com a falta do Artur, aquele menino que morreu ali dentro. Porque? Porque com isso eu entendo a gravidade daquela situação. É claro que seria ótimo que o nosso sistema de justiça entendesse a gravidade da falta do Artur na vida da mãe dele e de como aquela tragédia não pode ser um ciclo porque a gente tá falando de sonhos de jovens. Eu tô citando só o Ninho, mas tem outras e outras

coisas que eu já acompanhei e que foram muito ruins, mas, falha eu acho que existe e tá muito claro, a começar por Mariana (PAVANI, 2021).

Sara reitera que nesses casos, poucas coisas são movimentadas pelo trabalho do jornalista, principalmente no atual governo. Ela usa como exemplo uma pauta do Profissão Repórter que iria falar sobre as viagens de jatinho, que subiram 300% no Brasil, e que os ricos ficaram ainda mais ricos durante a pandemia; acabou falando sobre UTIS aéreas. “Falei do SUS, que é ótimo, mas eu não consegui chegar nesse lugar” (PAVANI, 2021). Voltando à pauta do Ninho do Urubu, a jornalista conta que já fez outra reportagem retornando lá e que acredita que provavelmente daqui a 5 anos irá voltar novamente e estará do mesmo jeito. Mas ela também lembra que aquela tragédia é uma tragédia que abre espaço para falar sobre a base dos clubes de futebol hoje e de como esses garotos são tratados em vários clubes do Brasil, o que é péssimo, que torna possível acontecer o crime de novo.

A gente é só uma peça nessa máquina. A gente pode ir até o lugar, a partir dali, tem outros espaços que cuidam dessa situação, é o nosso governo. São espaços majoritários que têm o potencial de mudar essa situação. O jornalismo ajuda muito. Eu sei que a nossa vontade é vestir uma capa e sair mudando situações e vidas por aí, mas é muito pesado pra gente (PAVANI, 2021).

Sara afirma, que ainda assim, o papel do jornalista é não deixar essas tragédias serem esquecidas. Mais uma vez, ela fala sobre um jornalismo mais humano e mais próximo das pessoas: “O nosso trabalho que lida com o outro, que lida com pessoas o tempo inteiro, a gente precisa assumir isso como um escudo. Quem chega primeiro é a Sara, é o meu olho, a minha mão, depois a minha câmera ou a minha postura de trabalho. Se o meu crachá chegar antes do meu CPF, eu perdi a notícia” (PAVANI, 2021).

Uma das principais características da poesia de cordel, de denunciar crimes e injustiças, vai de encontro ao que Sara fala em relação a se colocar no lugar do outro, da empatia sobre quem está envolvido no assunto. O poeta Rouxinol do Rinaré disse que essa vertente de denúncias era mais comum entre os autores dos tempos em que não existiam as grandes mídias. Ele conta que apesar de não ser o seu foco, a tragédia de Mariana, especificamente, o comoveu muito, então decidiu escrever como desabafo, denúncia mesmo. Rouxinol distribuiu de graça boa parte das impressões da sua obra *Vale de lama e de lágrimas*, que será analisada no próximo capítulo.

#### 4 A ABORDAGEM DE ROUXINOL SOBRE O CRIME

Neste capítulo, farei a análise do cordel Vale de Lama e de lágrimas, que tem como tema a crítica aos responsáveis pelo rompimento da barragem de minério de ferro em Mariana, Minas Gerais, no ano de 2015. A numeração das páginas das estrofes da obra não será citada na referência, pois o material que eu tive acesso foi o não diagramado. O autor, Antonio Carlos da Silva, é mais conhecido como Rouxinol do Rinaré; nascido no distrito de Rinaré, município de Banabuiú, sertão central do Ceará, tem vivência com o cordel desde a infância. Passados os seus 18 anos começou a escrever e hoje tem mais de 80 cordéis publicados e 30 livros editados por várias editoras do país. Muitas de suas obras são premiadas e já foram adotadas por escolas em diversas regiões. É editor e revisor de textos, e ministra oficinas de Literatura de Cordel, trabalho que vem realizando há mais de 15 anos para grandes eventos e empresas em diversos estados do Brasil, segundo o mapa cultural do Ceará.

Lançada em 2008, a versão em cordel de *O Alienista*, de Machado de Assis (Nova Alexandria - SP) foi adotada em projetos da Biblioteca Nacional e das escolas de Belo Horizonte. Em dezembro de 2015, o que levou Rouxinol a falar sobre Minas Gerais foi o rompimento da barragem da Samarco, em Bento Rodrigues, distrito de Mariana. Impactado com a tragédia que atingiu todo o Brasil, ele iniciou sua obra com as seguintes estrofes:

Nas disputas milionárias  
Quanto vale a vida humana?  
A exploração de minérios  
Na sua ganância insana  
Resultou no drama trágico  
Do povo de Mariana!

Quem devia proteger  
Os recursos naturais  
Permite as mineradoras  
Agir por vias “legais”  
E a lei ampara os maiores  
Desastres ambientais.

Tendo dinheiro e poder  
Nenhum vil projeto emperra.  
O governante corrupto  
No caos o planeta encerra  
Dando aval aos poderosos  
Pra sucatear a Terra.  
(RINARÉ, 2015).

O cordelista fala de uma ganância, de falta de valor à vida quando se trata de dinheiro e também denuncia as autoridades brasileiras. Sobre esse tema trazido nas estrofes destacadas,

podemos retomar as questões político-ambientais desde a época do crime até hoje. Quando aconteceu a tragédia, Dilma Rousseff (PT) era a presidente do Brasil e, na época, foi criticada pela mídia e pela população por levar uma semana para visitar Mariana.

Hoje, em 2021, o Brasil está sob um governo que não apenas despreza questões de preservação ambiental, mas abre cada vez mais brechas para a destruição de recursos naturais em nome do lucro. Uma reportagem da Carta Capital publicada em fevereiro de 2020 listou as 26 principais violações ao meio ambiente feitas por Jair Bolsonaro, atual presidente. A matéria aponta que a área ambiental foi uma das mais castigadas no primeiro ano da gestão do ex-militar. (ref.) Em curto período do mandato, Bolsonaro acumulou discursos incentivadores para exploração das áreas ambientalmente protegidas do país, o que amplia a permissividade aos infratores, além do governo atuar firmemente para afrouxar leis e sucatear órgãos de preservação ambiental. Ou seja, de lá para cá, o crime não chegou a modificar positivamente as ações do poder público no que se refere às causas ambientais. Como destacado nos versos, em vez disso, o poder do capital permanece direcionando as ações de preservação.

Essas violações mencionadas pela Carta Capital também confirmam as palavras de Rouxinol citadas nos versos anteriores, como quando ele diz “Dando aval aos poderosos / Pra sucatear a Terra” (RINARÉ, 2015). Esse aval foi dado inúmeras vezes pelo governo Bolsonaro, o que não só facilita a ocorrência de tragédias como a de Mariana, mas também ampara os responsáveis criminosos com a certeza de impunidade.

Não por acaso, este curto período da atual gestão federal também tem sido marcado por grandes tragédias ecológicas causadas por crimes ambientais, como o rompimento da barragem de Brumadinho, o crescimento recorde do desmatamento na Amazônia, o derramamento de óleo na costa litorânea brasileira e os incêndios recordes no Pantanal. As catástrofes ambientais naturalmente não são exclusividades brasileiras. O país, no entanto, chama atenção pela ineficiência ao combatê-las (SILVA, 2020).

Algumas das deliberações adotadas no período de mandato do atual presidente do Brasil foram, por exemplo: a desestruturação do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), com perdas de autonomia de técnicos e de segurança em campo a fiscais ambientais; a flexibilização e redução das multas por crimes ambientais, e institucionalização desta prática por meio do projeto de criação do “Núcleo de conciliação”, que poderá mudar o valor ou até mesmo anular multas por crimes ambientais; a revisão de tributos ambientais aplicados a empresas que causam alto e negativo impacto ambiental; a própria escolha de um ministro do Meio Ambiente que, além de já ter sido condenado por crime

ambiental, não considera para sua prática de trabalho a temática do aquecimento global, e que defende os interesses do agronegócio em detrimento dos ambientais; entre outras.

Saiu destruindo tudo  
O mar de lama e rejeitos  
E por mais de cem quilômetros  
Deixou terríveis efeitos;  
Quem escapou sofre as perdas  
Dos bens e sonhos desfeitos!

Um povoado arrasado  
Por justiça chora e clama;  
Seiscentos desabrigados,  
É outra face do drama,  
E o Rio Doce amargando  
Num triste vale de lama!  
(RINARÉ, 2015).

Rouxinol, quando escreveu este cordel, não estava na cidade e, para produzir, baseou-se nas informações coletadas em jornais, além de consultar um amigo estudante de jornalismo que mora em Minas Gerais. É importante destacar aqui que o poeta Rouxinol do Rinaré não é jornalista, portanto, ele escreve a partir de uma ótica pessoal. Ele não está comprometido com os elementos deontológicos e profissionais que definem o jornalismo como atividade laboral, a saber, atividades de apuração, checagem e edição. É fundamental termos isso em mente durante essa análise, para não cairmos na tentadora, porém impossível, comparação entre o texto poético e os textos jornalísticos. Observamos aqui outra forma de narrar o acontecimento, indo além daquilo a que se propõe o jornalismo.

Devido a necessidade de comprovação por dados, é comum que o jornalismo trabalhe com números: de mortos, de desaparecidos, de desabrigados. Essa tragédia foi tão grande, que é difícil encontrar números exatos para descrever as perdas. Perdas humanas e perdas ambientais. Como citado em um dos trechos, o povoado de Bento Rodrigues ficou imerso à lama. Debaixo dela, objetos, casas, vidas e histórias. Quando comparado ao rompimento da barragem em Brumadinho, algumas afirmações apequenam os danos causados pela tragédia em Mariana, já que Brumadinho registrou um número de mortes maior. Todavia, para os atingidos que sobreviveram, a vida nunca mais foi a mesma.

#### 4.1 “QUEM ESCAPOU SOFRE AS PERDAS / DOS BENS E SONHOS DESFEITOS!”

O trecho da obra de Rouxinol que nomeia este tópico indica que além da perda de suas moradias, os sonhos de muitas pessoas foram destruídos. Pessoas jovens também foram

atingidas, caladas e desamparadas. Estudantes de localidades próximas a Bento Rodrigues, como Paracatu de Baixo, também tiveram que se dividir em escolas da zona urbana de Mariana, onde sofreram preconceito e ofensas de outros alunos. No dia 8 de maio de 2017 a Escola Municipal Bento Rodrigues foi entregue à comunidade escolar, ação da Prefeitura Municipal de Mariana e da Fundação Renova. Desde o rompimento, os estudantes estavam tendo aulas na Escola Municipal Dom Luciano. O plano é que as aulas ocorram no novo espaço até que o reassentamento que está em obras seja concluído.

Como referência a essa afetação, cito um projeto de extensão do qual fiz parte em 2017. O *Sujeitos de suas histórias* foi ministrado pelos professores Karina Gomes Barbosa e André Luiz Carvalho. Nosso projeto trabalhava com alunos do 7º e 9º ano da Escola Bento Rodrigues e visava a criação de produtos jornalísticos onde suas histórias baseadas na memória e no afeto fossem contadas, tornando-os audíveis e dando visibilidade à pessoas que se sentem e, de fato foram, pouco ouvidas e atendidas diante da tragédia que vivenciaram.

Não somente para narrar a dor, as oficinas realizadas por nós, estudantes de jornalismo, junto com os alunos caminhavam para a busca dos momentos bons que viveram em suas comunidades antes de serem destruídas pela lama. O projeto moveu-se em visão da necessidade dessas vítimas serem de alguma forma ouvidas e representadas, para isso, capacitá-las à produção de conteúdos próprios construídos em cima do que gostariam de ver e ouvir, e contrária àquelas que tiveram maior circulação pelas mídias. O intuito das produções partiu dos alunos não somente participando como “personagens”, como também para que os sujeitos se vissem aptos a produzirem narrativas sobre suas próprias histórias e saberem da existência de um jornalismo que talvez não tenham visto: mais ético e humanizado.

No mesmo caminho de serem os produtores dos conteúdos, intentou-se a aproximação dos atingidos com o ICSA em Mariana, onde está localizado o curso de Jornalismo da UFOP. O objetivo era apresentar o espaço como lugar de possível apropriação deles para cursarem o ensino superior, assim como a simples troca de experiência com a comunidade de estudantes que acrescenta em diversos aspectos para ambas as partes. Apropriar-se da cidade de Mariana no geral, como lugar de fala e de pertencimento, foi outra busca alimentada nas atividades do projeto, já que agora é o meio onde vivem estes indivíduos que ainda assim, não se sentem completamente adaptados.

Em nosso primeiro encontro com as meninas e meninos do 7º ano, assistimos a duas reportagens a respeito de Bento. Eles faziam comentários durante toda a exibição, reconhecendo as pessoas entrevistadas e brincando uns com os outros. No final de cada reportagem, distribuimos os cartões e pedimos para que cada um escrevesse uma palavra que representasse



algo que sentiram ao assisti-la. Tendo o primeiro vídeo, que se tratava da pimenta biquinho produzida em Bento antes do estouro da barragem, portanto um tema mais leve, representado pela palavra saudade, e o segundo, uma reportagem a respeito da vida pós-lama, pelas palavras raiva e tristeza.

Repetimos a mesma atividade com o 9º ano. Diferentemente da primeira turma, os adolescentes não se mostraram muito receptivos. Durante a exibição dos vídeos os comentários foram em relação às falas de algumas das pessoas entrevistadas. No final de cada vídeo, distribuímos os cartões, assim como planejado, e como resultado tivemos palavras semelhantes às que foram apresentadas pela turma do 7º ano: saudade, tristeza e raiva. Em seguida, abrimos à discussão, mas não houve muito retorno. A turma se mostrou bastante apática, mas serviu muito para percebê-los como pessoas que, recentemente, passaram por um trauma muito grande mas que ainda assim são adolescentes, portanto, a forma com que lidam com a ferida recém aberta nem sempre é como o esperado.

Na terceira atividade que realizamos na escola, tínhamos acabado de voltar do recesso, o que interrompeu as oficinas, mas acabou trazendo algo de positivo: a possibilidade do reencontro. Neste dia, decidimos que faríamos apenas uma conversa a respeito do conteúdo produzido anteriormente, e o resultado foi bem interessante. Levamos as imagens que eles mesmo fizeram e pedimos para que eles contassem o que sentiam ao vê-las novamente. A maioria das fotografias continham grades, na escola existem muitas grades, e por isso, a palavra ‘prisão’ se fez muito presente. Os alunos, desde o início do projeto se queixaram bastante da escola: ela não era grande como a outra, não tinha um campinho como a outra, não era legal como a outra, não ficava em Bento como a outra. Eles se sentiam presos. Presos longe de Bento e de tudo que conheciam. Neste dia, sentimos uma real aproximação com ambas as turmas.

Com este projeto, percebemos a dimensão do trauma imposto a essas comunidades e a esses sujeitos, mudando o rumo de suas histórias sem consentimento ou aviso prévio, assim como disse Rouxinol no trecho citado anteriormente “Um povoado arrasado / Por justiça chora e clama” (RINARÉ, 2015). Essa experiência foi com crianças e adolescentes, mas centenas de adultos, idosos, tiveram suas vidas interrompidas pelo desastre, ainda que tenham sobrevivido. A concentração de metais pesados na lama que ficou depositada em regiões atingidas pelo rompimento afetou não só o meio ambiente, como também a saúde da população. Em distritos próximos a Bento Rodrigues, famílias não saíram de suas casas e alguns moradores apresentaram complicações respiratórias causadas pela poeira do processo de retirada da lama. Além disso, o diagnóstico de alergias e contaminação no sangue de residentes foi crescente nos arredores.

## 4.2 TODO O BRASIL FOI ATINGIDO

A lama avança sem freio  
E chega ao Espírito Santo  
Espalha-se pela costa  
A todos causando espanto,  
E o litoral de Linhares  
Quem vê não contém o pranto.

Rejeitos de ferro e lama  
Seguem sem fazer parada  
Milhares de peixes morrem,  
A água é contaminada  
E a biodiversidade  
Pouco a pouco é devastada!  
(RINARÉ, 2015).

O rompimento da barragem foi em Mariana, Minas Gerais, mas até a população do Espírito Santo sofreu o impacto da lama, como descreve Rouxinol, acima. A onda de rejeitos prejudicou o trabalho, moradia, rotina e saúde de muita gente, e o autor enfatiza nessa parte a contaminação dos rios e mar. Há números que estimam os prejuízos ao meio ambiente, mas não se sabe quais as extensões e nem tampouco quando serão sanados. Em 2015, um mês após o rompimento da barragem de Fundão, a Rede UFES publicou um relatório detalhando os principais danos ambientais causados pela lama. O ecossistema marinho foi um dos mais afetados. Com a água poluída e as espécies mortas, anos depois, atingidos que dependiam do Rio Doce para o seu sustento ainda permaneceram com as atividades interrompidas.

Percorrendo o rio, a lama chegou na foz do Rio Doce e se espalhou pelo litoral do Espírito Santo, deixando também a região de Abrolhos, na Bahia, sob risco. As atividades de pesca, agricultura, esportes aquáticos, entre outras, ficaram comprometidas em Regência, distrito de Linhares. Em 2017, um trabalho realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo, apontou os impactos socioambientais causados pela lama na região. Entre os impactos sofridos, a pesquisa cita o comprometimento no abastecimento de água, prejuízos na atividade pesqueira, prejuízos na agricultura, aumento nos gastos domésticos e perda da autonomia financeira, prejuízo no comércio/turismo, desemprego, prejuízos financeiros e endividamento, prejuízos no lazer, quebra da rotina diária, das divisões de tarefa e comprometimento de projetos futuros, abalos emocionais e impactos na saúde, entre outros.

O autor do cordel “Vale de lama e de lágrimas” não é jornalista, mas sua visão sobre o crime, veio, principalmente, pelas informações publicadas nos jornais. Alguns desses veículos,

mesmo após anos do crime, reforçam os impactos da tragédia ao meio ambiente, enfatizados por Rouxinol em sua obra. “Milhares de peixes morrem, /A água é contaminada / E a biodiversidade / Pouco a pouco é devastada” (RINARÉ, 2015). Em 2019, o site G1 Minas reportou que quase quatro anos após o rompimento da barragem em Mariana, os atingidos ainda sofriam com a situação do Rio Doce. Entrevistada, a militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Camila Brito, disse que "A situação da água permanece da mesma maneira que estava antes. Água ainda contaminada, peixes são encontrados mortos". A matéria fala de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) que discutiu, naquele ano (2019), a reparação dos danos provocados na Bacia do Rio Doce (FREITAS, 2019).

Segundo a reportagem, o auditório da ALMG ficou lotado de pessoas de diversas partes da bacia do Rio Doce. No local, foram expostas amostras com a água alaranjada e peixes sem vida. A entrevistada da matéria afirma que além do acesso a água, outro problema que enfrentam os ribeirinhos que dependiam do rio é a geração de renda. “A reparação desse dano, a restituição, a mitigação dos danos, não é algo que a Fundação Renova tem feito, tem dialogado. Então, não tem um debate sobre a geração de renda na bacia do Rio Doce. Não há um debate para alternativas para pesca, agricultura. Nada disso tem sido dialogado e o povo não consegue ter uma fonte econômica” (FREITAS, 2019).

Esta audiência teria sido convocada pela Comissão de Direitos Humanos. Também foram convidados representantes, por exemplo, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e da Fundação Renova. A deputada Beatriz Cerqueira (PT), autora do requerimento para realização da reunião, disse que a Fundação não tem cumprido a missão para qual foi criada, a de gerir programas para reparação dos danos causados pela tragédia. "Gasta milhões em publicidade para criar uma falsa sensação de que os atingidos estão tendo seus direitos reconhecidos. Não estão. (...) Não reconhece doenças de saúde que as pessoas adquiriram após o rompimento, a luta pela água. Isso é inaceitável tendo uma fundação que devia cuidar das pessoas", garantiu a entrevistada para o jornal.

Como colocado pela deputada, a resposta da Fundação Renova para as acusações é falar do dinheiro “gasto” como se fosse um favor aos atingidos. "Por meio de nota, a Renova disse que destinou, até junho de 2019, cerca de R\$ 6,26 bilhões em ações de reparação e compensação dos danos. Foram pagos cerca de R\$ 1,7 bilhão em indenizações e auxílios financeiros emergenciais para cerca de 300 mil pessoas em Minas Gerais e Espírito Santo” (FREITAS, 2019).

O posicionamento da deputada vai de encontro ao que Rouxinol (2015) diz em diversos trechos sobre a falta de reconhecimento que as autoridades têm sobre as suas falhas:

As barragens não romperam  
Por mera fatalidade.  
O descaso, a negligência,  
Causou a calamidade;  
Foi um crime, incosequência,  
Irresponsabilidade!

Os danos ambientais  
Inda não há quem estime.  
Das várias vidas ceifadas  
A Vale não se redime,  
Não tem dinheiro que pague  
Esse irreparável crime!  
(RINARÉ, 2015).

Rouxinol não poupa palavras para criticar a Vale do Rio Doce. A barragem que se rompeu em Mariana tinha como responsáveis a Samarco, BHP e a Vale, mas o poeta focou na última para representar a culpada. Essa linguagem usada por ele é outro ponto de identificação que pode aproximar o público leitor que também compartilha dessa revolta em relação aos culpados. O cordelista não tem o papel de escutar os responsáveis, mas, ao se posicionar, escolhe representar as vítimas. Já os veículos midiáticos tradicionais, seja por questões técnicas do jornalismo, seja por questões jurídicas e econômicas que afetam as empresas de mídia, costumam ser mais melindrosos para fazer a crítica a algumas corporações e pessoas influentes, por questões legais e técnicas do jornalismo, que indica que os profissionais devem priorizar as falas institucionais/oficiais, o que não representa parte dos cidadãos e muito menos os atingidos.

Além disso, por questões éticas dentro da profissão, os jornalistas escutam também os culpados; não necessariamente é uma escolha do repórter. Tem a ver com um sistema, que inclui as empresas de comunicação como negócios. Grande parte das vezes, talvez por um modelo de reportagem que se tenha adotado, os canais divulgam as explicações dos réus ao final das matérias, o que dá a sensação de “palavra final” para eles. Como exemplo, dias após outro crime, o rompimento da barragem em Brumadinho, no ano de 2019, diversos veículos da imprensa exibiram o pronunciamento do então presidente da Vale, Fábio Schvartsman, em que ele classificou o crime como um acidente e disse que a empresa é a “jóia” do Brasil. Com muito tempo de palavras em defesa da Vale transmitidas em rede nacional, mais de uma vez por dia, a sensação para muitos atingidos foi a de deslegitimação das suas dores e de que há justificativa para o crime.

Decerto, espera-se dos jornalistas que abordem o máximo de informações sobre os envolvidos nas histórias, inclusive os depoimentos de culpados. Contudo, fazendo o comparativo sobre essas duas maneiras (o cordel e os jornais) de informar, no cordel, como vimos, é possível que o autor demarque de forma mais clara o seu posicionamento e ecoe com muito mais ênfase a posição das vítimas.

Riqueza sem humanidade  
 Progresso sem compaixão  
 Do que VALE nesse chão?  
 Respondam por caridade!  
 Amargor e vaidade,  
 Geram os graúdos da Terra  
 “Vale” destrói mais que guerra  
 Pensem se DOCE não fosse  
 A VALE DO RIO DOCE  
 NÃO VALE O QUE O GATO ENTERRA.

Se a gente VALE o que tem  
 No Brasil mais vale a Vale  
 Quem tem bom senso que fale  
 Do nosso valor também,  
 Pois o cidadão de bem  
 No seu clamor não emperra  
 Quem consente é quem mais erra,  
 E consentiu quem calou-se  
 A VALE DO RIO DOCE  
 NÃO VALE O QUE O GATO ENTERRA!  
 (RINARÉ, 2015).

Os trechos que se repetem “A Vale do rio doce / não vale o que o gato enterra” chama-se “mote”, ou seja, o tema. O poeta faz uma estrofe sobre o tema e encerra destacando o mote. Ele fala da sensação de que a Vale e demais instituições de poder têm liberdade para infringir a lei e cometer crimes. Ele representa a revolta dos cidadãos que assistem episódios como estes, onde milhares de pessoas humildes e trabalhadoras são afetadas, sem nenhuma reparação ou amparo; onde acima da justiça, está o dinheiro.

A prova desta “carta branca” aos poderosos no Brasil, é que mesmo com os rompimentos em Bento Rodrigues e Brumadinho, diversas barragens em risco continuaram com funcionamento ativo no país. Em janeiro de 2020, o jornal online El País Brasil publicou uma reportagem revelando que Minas Gerais tinha 50 barragens de alto risco, com elevada probabilidade de romper. “Só há um terço dos 40 fiscais necessários para vistorias e ANM (Agência Nacional de Mineração) ainda depende da ‘honestidade’ das mineradoras para atuar” (JUCÁ, 2020).

O jornal aponta que os cenários de risco em diversas estruturas de mineração ainda permanecem. Apenas em Minas Gerais, 1 ano após a tragédia de Brumadinho, ao menos 50 barragens de rejeitos eram consideradas de alto risco pela ANM, ou seja, existem grandes possibilidades de acidentes pelo seu modo de construção ou conservação e que causariam graves danos de perda de vidas e impactos ambientais em caso de rompimento. O órgão, responsável por visitar os locais sob ameaça, atua com apenas um terço da equipe necessária e não consegue, sequer, analisar com profundidade os relatórios técnicos enviados pelas empresas. A matéria revela também que a legislação, que permite um cenário de autorregulação das empresas — responsáveis por apresentar os laudos que afirmam que suas estruturas estão em ordem — pouco mudou, ainda que as investigações sobre a tragédia tenham afirmado que há um esquema entre as corporações, com relatórios muitas vezes incompletos ou fraudados.

Os dados revelados pelo El País indicam que Minas Gerais teria 22 barragens de mineração interditadas por não terem sua estabilidade atestada e outras 28 ainda em funcionamento, mas que foram catalogadas como de alto risco pelos órgãos de fiscalização. Com cidades inteiras em constante alerta desde a tragédia de Brumadinho, órgãos de fiscalização e controle têm obrigado mineradoras a adotar ações por conta do perigo identificado em dezenas de barragens.

Moradores foram deslocados de zonas de risco, estradas ganharam sinalização com rotas de fuga e obras foram iniciadas para mudar o curso da lama em caso de novo rompimento. No entanto, as ações ainda não conseguem dar conta de resolver um problema crônico na mineração brasileira: o controle periódico das barragens, um elemento-chave para prevenir que essas estruturas desmoronem, segundo especialistas ouvidos pelo EL PAÍS (JUCÁ, 2020).

A ANM, órgão federal responsável por fiscalizar barragens como a que rompeu em Brumadinho, admitiu que opera com apenas um terço dos 40 técnicos necessários para desenvolver este trabalho adequadamente. Embora o número de fiscais tenha aumentado de oito para 13 após o desastre, o órgão só conseguiu vistoriar, durante todo o ano de 2019, 274 das 816 estruturas sob sua competência.

O problema não é novo. Mesmo antes de o Brasil aprovar um novo marco regulatório para o setor e transformar o então departamento responsável por esse trabalho em uma agência reguladora em 2017, já faltava estrutura e mão de obra para controlar uma das mais importantes atividades econômicas do país. O El País traz esses dados em forma de matéria, já Rouxinol descreve com o sentimento de revolta esse problema do Brasil: “Riqueza sem humanidade / Progresso sem compaixão” (RINARÉ, 2015). Os trechos do seu cordel dialogam com algumas

matérias publicadas na mídia, como esta do El País, mas diferente do jornal que escreve baseado em apuração, em frases como as citadas anteriormente, o poeta escreve a sua opinião.

A reportagem do El País cita que parte das alterações do novo marco da mineração — sancionado dois anos após uma catástrofe semelhante em Mariana, em 2015 —, vislumbra oferecer mais estrutura e independência no monitoramento da atividade minerária no país. Todavia, a agência criada com essa finalidade ainda hoje não conseguiu se estruturar para cumprir efetivamente suas atribuições.

A ANM diz que, além de restrições orçamentárias, enfrenta uma redução constante no seu quadro de servidores em razão de aposentadoria sem a realização de novos concursos para repor as vagas. O órgão, que atualmente tem cerca de 800 pessoas em seus quadros, diz que 80 deles se aposentaram no ano passado e que quase 200 estão aptos para fazer o mesmo até 2022. “Temos uma conjuntura bem crítica para conseguir estar em campo com eficiência, por isso estamos abaixo da meta de vitorias sempre”, afirma o diretor da ANM, Eduardo Leão. Ele pondera, porém, que a autarquia avançou no trabalho de fiscalização e controle dessas estruturas durante o ano passado, com capacitações de fiscais e foco na segurança de barragens (JUCÁ, 2020).

Quando a barragem da Mina do Feijão rompeu em Brumadinho em 2019, tanto a Vale quanto a ANM teriam afirmado que a mineradora havia emitido todos os documentos de fiscalização obrigatórios por lei. Na ocasião, a estrutura estava paralisada e catalogada como de “baixo risco” de ruir. Nove meses depois, o órgão federal concluiu um relatório técnico sobre o histórico da estrutura colapsada, no qual informa que a Vale sonegou informações sobre anomalias detectadas e mentiu sobre os riscos de rompimento. “Extratos enviados após o ocorrido de 25 de janeiro de 2019 indicam que a empresa não seguia o devido rito legal de reportar as informações de segurança com a devida tempestividade, veracidade e de forma coerente com a realidade”, diz o relatório (JUCÁ, 2020).

O El País revela que segundo a ANM, se tivesse sido informada corretamente, poderia ter cobrado ações da empresa para evitar a tragédia, como tem feito em várias estruturas no último ano. As barragens têm três níveis de classificação. O nível 1 significa que não há risco de rompimento. Quando há inconsistência na leitura de aparelhos que monitoram a estabilidade da barragem, é acionado o nível 2 de alerta. Já o nível três é a classificação máxima, quando a estrutura está na iminência de colapsar. É nessa fase que a sirene deve soar, e o plano de autossalvamento pode ser acionado. A barragem B3/B4 da mina Mar Azul, do distrito de Nova Lima conhecido como Macacos, foi uma das que receberam o alerta no ano de 2019. A cidade ainda sofre com os efeitos do medo de uma possível tragédia.

A apuração segue mostrando que as investigações sobre Brumadinho apontam a existência de laudos e relatórios fraudados, o que dificultava que a agência pudesse identificar esses níveis de risco efetivamente. Com esse argumento, o Ministério Público de Minas Gerais denunciou, na época, 16 funcionários da Vale e da empresa de auditoria Tuv Sud por homicídio doloso à Justiça. As corporações também foram acusadas de crimes ambientais. Em nota, a Vale se disse “perplexa” com as acusações. Cada vez mais revelador, o texto traz:

Embora a ANM tenha mudado algumas normas para a segurança de barragens, como proibição das estruturas construídas sob o método de alteamento usado em Brumadinho, a montante (quando a estrutura cresce em forma de degraus para dentro do reservatório utilizando o próprio rejeito), e o monitoramento em tempo real por vídeo nas barragens de alto dano potencial, as próprias mineradoras continuam sendo as responsáveis por dar as informações de segurança sobre suas estruturas. E, sem estrutura, o órgão fiscalizador nem sempre consegue analisar com profundidade os laudos técnicos que recebe regularmente para checar se as informações ali são reais (JUCÁ, 2020).

Os dados dessa e de outras reportagens revelam que diversas provas já foram apresentadas sobre a culpa da Samarco e da Vale nos maiores desastres envolvendo rejeitos de minério no Brasil; mesmo assim, não parecem suficientes. Rouxinol deixa explícita essa observação em vários trechos do poema, como afirma em um deles: “No Brasil mais vale a Vale” (RINARÉ, 2015).

Não há quem suporte mais  
Os desmandos do poder  
Fazendo o povão sofrer  
Mil desabrigos e ais  
O que houve nas Gerais  
Massacrou mais que uma guerra  
O RIO DOCE se encerra  
No lamaçal amargou-se  
A VALE DO RIO DOCE  
NÃO VALE O QUE O GATO ENTERRA!  
(RINARÉ, 2015).

A tragédia afetou não somente os lugares onde a lama, de fato, chegou. Em 2018, 3 anos após o crime, escrevi uma matéria para o jornal *Lampião* abordando os impactos econômicos e sociais que a cidade de Mariana ainda sentia. “Mariana ainda precisa de amparo e medidas governamentais eficazes para reestruturar sua economia. Fora os danos incalculáveis resultantes do desastre, as atividades da empresa foram interditadas na cidade e a grande queda no comércio e perda na arrecadação pela Prefeitura são sentidas pela população” (LAMPPIÃO, 2018). Na



época, o subsecretário de Desenvolvimento Econômico, Antônio Mauro, disse que a Prefeitura não podia ser dependente das instituições responsáveis pelo crime ambiental, contudo, afirmou que não havia nada de efetivo sendo feito fora das parcerias com recursos externos; havia apenas projetos.

Quando Rouxinol fala que a tragédia “Massacrou mais que uma guerra”. A afirmação pode ser confirmada pensando em vários aspectos, inclusive com o fato do aumento do desemprego no município e a falta de interesse de empresas em atuarem na região após o desastre, o que provocou um cenário de incertezas e insegurança. De acordo com dados do Sistema Nacional de Emprego (Sine), Mariana somava, em 2018, aproximadamente 11 mil desempregados. Gleidson Araújo trabalhava como lubrificador na Sotreq, empresa que cuidava da manutenção dos equipamentos móveis da Samarco, e foi demitido. Ele contou que ainda permaneceu na empresa um período após o rompimento da barragem, mas que depois de um tempo, a maioria dos funcionários foram desligados devido à paralisação das atividades da mineradora. Trabalhando como autônomo, ele afirmou que estava difícil conseguir emprego. Sobre as mudanças que ocorreram nesse período, disse: “A gente planeja adquirir coisas, dar boa vida pra família, e isso tudo na verdade a gente tem que deixar de sonhar, porque desempregado fica difícil”. (LAMPIÃO, 2018)

Gerente da padaria Lafaiete em Mariana, Eunice da Penha Lubi contou que o número de clientes após o rompimento da barragem de Fundão diminuiu bastante. Em comparação com um período mais recente ao crime, ela afirmou que houve melhora do movimento, mas que ainda escutava queixas sobre o desemprego. “Sempre tem essa reclamação: 'tenho que comprar menos porque eu não sei como vai ser o dia de amanhã”, disse. (LAMPIÃO, 2018)

Outro depoimento confirmando a situação econômica, foi o de Kevin Vieira Lima, dono de um restaurante no centro da cidade, que revelou que a carga horária de alguns dos seus funcionários teve que ser reduzida pela metade no período após o rompimento da barragem. Ele afirmou ter notado um aumento na clientela do restaurante e a circulação de mais pessoas pela cidade. Kevin acredita que o investimento e o incentivo ao turismo são medidas que podem ser tomadas pela Prefeitura para diminuir os impactos da crise. “Somos riquíssimos em belezas naturais. Cachoeiras, parques, o entorno da cidade é muito bonito, e isso o turista não tem acesso ainda”, disse o comerciante. (LAMPIÃO, 2018)

Em 2017, o prefeito Duarte Junior disse em entrevista que a demissão de cerca de 100 funcionários no mês de setembro daquele ano foi uma das principais medidas para a estabilidade orçamentária perante a crise após o desastre. Segundo ele, a decisão foi tomada a fim de reduzir a folha de pagamento que teria atingido seu limite. Entretanto, os dados apresentados no portal

da transparência da Prefeitura de Mariana apontavam que, em todos os meses desde então, não houve nenhuma redução significativa no valor gasto pela Prefeitura com a folha de pagamento.

Na mesma época, de acordo com o vice-prefeito Newton Godoy, havia tido melhora na arrecadação de impostos em alguns setores, o que possibilitou à Prefeitura contratar mais funcionários e melhorar a remuneração dos servidores. Um exemplo, segundo o vice-prefeito, seriam as empresas que vieram à Mariana para trabalhar nas obras do rompimento da barragem, e que precisaram, portanto, pagar o Imposto Sobre Serviços (ISS) para a Prefeitura. O período que esse dinheiro começou a somar para os cofres públicos, assim como quando os funcionários foram contratados ou receberam aumento salarial, não foi informado. Newton declarou, ainda, que foi realizado um conjunto de medidas, como a redução de gastos com telefone, internet, alugueis, entre outros, e que essa economia de recursos foi direcionada, principalmente, para investimentos em educação e saúde.

O subsecretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Antônio Mauro, disse que não conseguia ver o crescimento e diversificação da economia da cidade sem a participação da Renova, criada pela Samarco e suas controladoras, Vale e BHP Billiton, para reparar os danos do rompimento da barragem. Entretanto, naquele ano (2018) não era possível visualizar nenhuma ação efetiva da instituição sobre os projetos de melhoria da situação econômica do município.

Segundo o vice-prefeito, Newton Godoy, a Fundação não havia trazido nenhuma empresa para a cidade. Houve uma tentativa de trazer a Companhia de Bebidas das Américas (Ambev), porém a empresa acabou se instalando em outra cidade. Sobre o assunto, através de sua assessoria, a Renova disse que não poderia se pronunciar.

A instituição havia declarado, em 2017, que investiria em projetos empreendedores. O líder do programa de Economia e Inovação da Fundação, Paulo Rocha, disse que se tratava de “mais um capítulo no esforço para restaurar a economia local, abalada após o rompimento da barragem de Fundão”. Em 2018, a assessoria da Renova afirmou que “o programa ainda está em fase de avaliação ou oportunidade para um movimento de atuação” (LAMPIÃO, 2018).

A "Casa do Empreendedor" foi outro projeto proposto pela Fundação em parceria com a Prefeitura. O objetivo da ação seria facilitar o financiamento e abertura de empresas para pequenos e grandes empresários, com menos burocracia. Ao ser questionada sobre o funcionamento do projeto, a assessoria da Fundação Renova disse estar em fase de negociação com o poder público e possíveis parceiros, e, “portanto, ainda não é possível citar a relação de empresas abertas/financiadas por essa iniciativa” (LAMPIÃO, 2018).

A feira noturna que acontecia em Mariana, em 2018, todas as quintas feiras a partir das 17h, na Praça dos Ferroviários, foi criada para auxiliar pessoas desempregadas e autônomas, como uma fonte de renda alternativa diante da instabilidade econômica gerada pós-desastre. A iniciativa foi dos moradores atingidos com o apoio da Arquidiocese de Mariana, do Ministério Público e da Prefeitura. As vagas foram abertas inicialmente para os moradores de Bento Rodrigues, e as restantes ficaram para pessoas da cidade.

Sandra Quintão já tinha seu próprio negócio em Bento Rodrigues e disse que a feira era o meio que havia encontrado para garantir seu faturamento morando na cidade. Ela contou que o “Bar da Sandra” era famoso e garantiu que o público de Mariana gostava bastante de suas coxinhas e salgadinhos. “Uma ótima opção a feira. Perdi minha renda em Bento e aqui eu tenho a oportunidade de aguardar meu reassentamento e faturar o meu dinheirinho”, relatou (LAMPPIÃO, 2018).

Sandra é um exemplo dos diversos moradores que perderam sua fonte de renda com o rompimento da barragem em Bento Rodrigues. Como dito acima, com base na minha reportagem para o Lampião, não somente os moradores do distrito foram afetados economicamente, mas a população da sede de Mariana também. No cordel de Rouxinol sobre a tragédia, ele diz que “Quem é fraco é quem se ferra”, se referindo às pessoas de baixa renda que se, já passavam dificuldades antes, foram mais prejudicadas ainda. O autor não tem medo de dizer que a lei é frágil para punir os poderosos e que, nesse caso, deixou os atingidos à mercê.

Pra matar a fome, um pobre  
 Se matar uma avoante  
 Feri a lei, é meliante;  
 Mas a mesma lei encobre  
 A exploração do “cobre”  
 Que está destruindo a Terra  
 Quem é fraco é quem se ferra  
 No caos que agora instalou-se  
 A VALE DO RIO DOCE  
 NÃO VALE O QUE O GATO ENTERRA!

Devia ser ilegal  
 A exploração de minério  
 Porque causa dano sério  
 Humano e ambiental  
 Igual um câncer fatal  
 Rói as entranhas da Terra;  
 É catastrófico e encerra  
 Que o humano alienou-se  
 A VALE DO RIO DOCE  
 NÃO VALE O QUE O GATO ENTERRA!  
 (RINARÉ, 2015).

Durante anos, o conflito sobre a volta da Samarco permaneceu em Mariana. Em algumas casas, haviam faixas pedindo a volta da empresa, sendo que a maioria dos pedidos vinham principalmente de ex-funcionários. Em contrapartida, os atingidos protestavam pela punição da Samarco, de não só continuar fechada, mas que também pagasse as devidas indenizações a quem foi afetado. O rompimento da barragem em Fundão aconteceu em 2015, eu cheguei em Mariana para estudar na UFOP no ano de 2016, e, até 2019, presenciei diversos episódios de protestos dos dois “lados” da história.

No ano de 2020, a Samarco retomou as atividades em Mariana. De acordo com reportagem publicada pela CNN Brasil, a mineradora começou a retomar gradualmente suas operações, com atividades nos complexos de Germano, localizado em Mariana (MG), e Ubu, em Anchieta (ES). Segundo a matéria, a Samarco havia informado que retomaria as atividades após extensos testes de comissionamento, “garantindo uma retomada segura após cinco anos” desde o rompimento da barragem de rejeitos, que matou 19 pessoas e foi considerado o pior desastre socioambiental do Brasil.

A Vale disse que a Samarco utilizará novos processos de disposição de rejeitos, "refletindo seu compromisso com a retomada sustentável e a segurança operacional". Conforme a Licença de Operação Corretiva (LOC), recebida em outubro de 2019, a Samarco espera poder reiniciar as operações de um segundo concentrador em aproximadamente cinco anos, atingindo uma produção de aproximadamente 14-16 milhões de toneladas ao ano, e reiniciar o terceiro concentrador em cerca de nove anos, quando a mineradora espera atingir um volume de produção de 22-24 milhões de toneladas ao ano (REUTERS, 2020).

Mesmo com a volta da empresa, que para os defensores da Samarco era a solução para a crise econômica da região, o cenário não está bom. Ainda neste mês, o Jornal Lampião publicou uma matéria com o seguinte título: “Medo, desafios e exaustão: como bares, restaurantes e lanchonetes de Mariana e Ouro Preto estão atravessando uma das piores crises do setor”. Sem dúvidas, o fator agravante para a crise foi a pandemia, mas a matéria revela que antes mesmo, o comércio seguia impactado “O Fábrica Pub, bar e petiscaria localizado na Praça Gomes Freire (popularmente conhecido como Jardim), em Mariana, já vinha sendo afetado mesmo antes da pandemia, pois com a reforma do Jardim realizada pela prefeitura e pela empresa Renova, no começo de 2020, houve uma queda significativa de cerca de 50% no faturamento” (SANTOS; LEAL; PAULINO, 2021).

Viralizou nas redes sociais postagens sobre grupos que estão protestando nas praças das cidades de Mariana e Ouro Preto sobre a volta da Samarco. Este é o retrato de tudo que Rouxinol

disse na obra “Vale de lama e de lágrimas”, no qual as vítimas estão implorando para ver a justiça. Essas pessoas, atingidas uma vez pelo rompimento e várias outras pela falta de direitos, pelas vozes caladas, são representadas pelo poeta em diversos trechos, inclusive na última estrofe, em que ele conclui:

Com a privatização  
A Vale causa mais dano  
Nada vale o ser humano  
Na sua mineração;  
Feito um peba fura o chão  
E a riqueza desenterra  
Tira e não repõe na Terra  
Pelo cifrão degradou-se  
A VALE DO RIO DOCE  
NÃO VALE O QUE O GATO ENTERRA!  
(RINARÉ, 2015).

Com a experiência de morar em Mariana logo após a tragédia, posso dizer que os versos do Rouxinol representam as vítimas. Nos meus trabalhos da faculdade, como o projeto de extensão, e também o que fiz fora dela, como o documentário para o Futura, ouvi dos atingidos relatos que são descritos na obra. O cordel “Vale de lama e de lágrimas” confirma todas as referências que apontam esta literatura como um meio informativo e, também, alternativo. Rouxinol representou, acima de tudo, as vozes das vítimas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o propósito deste trabalho, observamos que a poesia de cordel emerge como um meio de comunicação alternativo, capaz de informar o público, ao mesmo tempo que o representa. Destacamos ainda, que esta é uma arte viva e resistente ao tempo, que se reinventa com as tecnologias de cada tempo. Além disso, reforçamos a importância e a necessidade de um aprofundamento em torno do cordel e do seu reconhecimento enquanto fonte de informação. Este estudo irá contribuir para ampliar a discussão em torno desta expressão cultural e de como ela pode ser impulsionada para alcançar diversos públicos.

Pessoalmente, com a experiência de morar em Mariana logo após a tragédia, posso dizer, como demonstrado neste trabalho a partir das reflexões feitas sobre os versos de cordel utilizando o jornalismo como referência, que os versos do Rouxinol representam as vítimas. Nos meus trabalhos da faculdade, como o projeto de extensão, e também o que fiz fora dela, como o documentário para o Futura, ouvi dos atingidos relatos que são descritos na obra e que são repertório do diálogo acionado neste trabalho como formas de análise. O cordel “Vale de lama e de lágrimas” confirma todas as referências que apontam esta literatura como um meio informativo. Rouxinol carrega, acima de tudo, as vozes das vítimas.

É importante considerar neste encerramento que o trabalho não se conclui aqui. É fundamental que, ao compreendermos que a narrativa do cordel não é uma narrativa jornalística e que o poeta tampouco atua como repórter, continuemos nossas reflexões sobre as textualidades que emergem no cordel, que contam o real e que se instituem como memória e como formas de conhecimento. O cordel de Rouxinol do Rinaré é outra forma possível de denúncia socioambiental e nos permite pensar no registro do cotidiano para além do jornalismo profissional.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. 2. ed. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

ANDRADE, Naiana. **Disputa por indenizações da Samarco tem ameaças, honorários milionários e ‘caça’ a atingidos**. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/ameacas-honorarios-milionario-e-caca-a-atingidos-a-busca-por-indenizacoes-do-caso-samarco/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

APOIE o Jornal A Sirene. S. d.. Disponível em: <https://evoe.cc/jornalasirene>. Acesso em: 7 ago. 2021.

ARBEX, Daniela. **Todo dia a mesma noite**. S. l.: Editora Intrínseca, 2018.

A **SIRENE**. Mariana (Mg), fev. 2018. Disponível em: [https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal\\_a\\_sirene\\_-\\_ed.23\\_-\\_2\\_anos](https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_-_ed.23_-_2_anos). Acesso em: 7 ago. 2021.

BERNA, Vilmar. **A importância da mídia ambiental**. 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/a-importancia-da-midia-ambiental/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

BETELLA, Gabriela Kvacek; CAÇÃO, Bárbara Laís Falcão da Silva. Cultura e relações de reciprocidade: a literatura de cordel em diferentes contextos. **Revista Leia Escola**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 47-60, fev. 2017. ISSN 2358-5870. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/Leia/article/view/711>. Acesso em: 23 ago. 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.35572/rle.v16i2.711>.

CARVALHO, Gisa. **Daquele que nos legou uma imensa poesia**. S. d.. Disponível em: <http://www.suplementopernambuco.com.br/edi%C3%A7%C3%B5es-antiores/93-especial/2070-daquele-que-nos-legou-uma-imensa-poesia.html>). Acesso em: 2 ago. 2021.

CAVALCANTI, Carlos Alberto de Assis. A atualidade da literatura de cordel. 2007. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7728>. Acesso em: 2 ago. 2021.

COLODETI, Elisângela; ANDRADE, Naiana. **‘Sergio Moro’ do Meio Ambiente: força-tarefa pede a saída de juiz do caso Samarco**. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/sergio-moro-do-meio-ambiente-forca-tarefa-pede-a-saida-de-juiz-do-caso-samarco/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

COLODETI, Elisângela. **Entrevista**. Destinatário: Larissa Chaves Soares. [S. l.], 16 jul. 2021. 1 mensagem eletrônica de Instagram.

CONSTRUÇÃO e Reparação Naval. 2018. Disponível em: <https://construcaoereparacaonaval.wordpress.com/2018/01/18/incendio-da-ultracargo-crime-ou-acaso/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

COSTA, Gilberto. **Negligência causou a tragédia de Brumadinho, diz escritor**. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/negligencia-causou-tragedia-de-brumadinho-diz-escritor>. Acesso em: 7 ago. 2021.

COSTA, Gilberto. **Tragédia de Brumadinho poderia ter sido evitada, segundo ANM: parecer diz que vale prestou informação errada sobre dreno da barragem**. Parecer diz que Vale prestou informação errada sobre dreno da barragem. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/tragedia-de-brumadinho-poderia-ter-sido-evitada-segundo-anm>. Acesso em: 7 ago. 2021.

COUTINHO, Mateus. **Samarco deve R\$ 350 milhões ao Ibama por desastre em Mariana**. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/samarco-deve-350-milhoes-ao-ibama-por-desastre-em-mariana-23410134>. Acesso em: 7 ago. 2021.

CRISTALDO, Heloísa. **CPI de Brumadinho aprova relatório que indicia 22 pessoas por tragédia**. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-11/cpi-de-brumadinho-aprova-relatorio-que-indicia-22-pessoas-por-tragedia>. Acesso em: 2 ago. 2021.

CUNHA, Joana. **Desastre afeta mais a imagem do que as finanças da Vale, dizem analistas**. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/01/desastre-afeta-mais-a-imagem-do-que-as-financas-da-vale-dizem-analistas.shtml>. Acesso em: 7 ago. 2021.

CURRAN, Mark J.. A Literatura de Cordel: antes e agora. **Hispania**, [S.L.], v. 74, n. 3, p. 570, set. 1991. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/344184>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/344184?acceptTC=true>. Acesso em: 7 ago. 2021.

CURRAN, Mark J. **História do Brasil em cordel**. São Paulo: Edusp, 1998.

FABIO Schvartsman faz pronunciamento sobre rompimento de barragem em Brumadinho, MG. 2019. Disponível em: [http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/confira-o-pronunciamento-do-diretor-presidente-da-vale-Fabio\\_Schvarts-sobre-o-ocorrido-em-brumadinho.aspx](http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/confira-o-pronunciamento-do-diretor-presidente-da-vale-Fabio_Schvarts-sobre-o-ocorrido-em-brumadinho.aspx). Acesso em: 7 jun. 2021.

FAMILIARES de vítimas da boate Kiss vivem mais um ano de espera por justiça. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2021/01/familiares-de-vitimas-da-boate-kiss-vivem-mais-um-ano-de-espera-por-justica-ckk89crzz001q01hszdhs7ffp.html>. Acesso em: 7 jul. 2021.

FREITAS, Raquel. **Quase quatro anos após rompimento de barragem em Mariana, atingidos ainda sofrem com situação do Rio Doce**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/08/26/quase-quatro-anos-apos-rompimento-de-barragem-em-mariana-atingidos-ainda-sofrem-com-situacao-do-rio-doce.ghtml>. Acesso em: 7 ago. 2021.

FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Folhetos de cordel entre realidade e ficção cotidiana: um estudo da mídia na construção do personagem Seu Lunga. 2014. 173 f. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio



Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em:  
[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16421/1/MariaGCF\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16421/1/MariaGCF_DISSERT.pdf).  
Acesso em: 2 ago. 2021.

FONSECA, Maria Gislene Carvalho. *Novelo de verso: fios de memória, tradição e performance tecendo a poesia de cordel*. 2019. 229 f. **Tese** (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Poesia de cordel no Facebook: as potencialidades do suporte no caso do cordel “Política x Amizade”. **Rumores**, [S.L.], v. 10, n. 19, p. 138, 7 jul. 2016. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-677x.rum.2016.112216>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/112216>. Acesso em: 12 ago. 2021.

FUNDAÇÃO RENOVA (Mariana). **A construção de Bento Rodrigues**. S. d.. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/bento-rodrigues/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel: leitores e ouvintes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, v.9. (Coleção Historial).

GAUDENCIO, Sale Mario; BORBA, Maria do Socorro de Azevedo. **O cordel como fonte de informação: a vivacidade dos folhetos de cordeis no Rio Grande do Norte**. *Biblionline*, João Pessoa, v.6, n. 1, p.82-92, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/4905>. Acesso em: 7 ago. 2021.

GERBELLI, Luiz Guilherme. **Vale ganhou relevância na economia com aumento das exportações de minério**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/29/vale-ganhou-relevancia-na-economia-com-aumento-das-exportacoes-de-minerio.ghtml>. Acesso em: 7 ago. 2021.

GLOBO RURAL (Brasil). **Folhetos de cordel traziam diversão e informação ao povo nordestino**. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/vida-rural/noticia/2012/01/folhetos-de-cordel-traziam-diversao-e-informacao-para-o-povo-nordestino.html>. Acesso em: 7 ago. 2021.

GREG NEWS | MINERAÇÃO. S. 1.: Realização de Gregório Duvivier. 2019. (21 min.), Colorido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e6JSjJIGOkY>. Acesso em: 2 jul. 2021.

G1 Campinas e Região. **Artur Nogueira alerta para risco de rompimento da barragem do Córrego Cotrins e busca recurso de SP para obra emergencial**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/06/23/artur-nogueira-alerta-para-risco-de-rompimento-da-barragem-do-corrego-cotrins-e-busca-recurso-de-sp-para-obra-emergencial.ghtml>. Acesso em: 7 ago. 2021.

HISTÓRIA em dois minutos: Plano Cohen. S. 1.: Tudo É História, 2019. (2 min.), Colorido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bPYvwNzqGLM>. Acesso em: 7 jan. 2021.

INCÊNDIO da Ultracargo: crime ou acaso? 2018. Disponível em: <https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/99470-incendio-da-ultracargo-acaso-ou-crime>. Acesso em: 23 jul. 2021.

INCÊNDIO da Ultracargo: uma tragédia anunciada. 2015. Disponível em: <https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/85772-incendio-da-ultracargo-uma-tragedia-anunciada>. Acesso em: 7 ago. 2021.

INCÊNDIO na boate Kiss completa oito anos sem julgamento dos réus. 2021. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/geral/2021/01/776178-incendio-na-boate-kiss-completa-oito-anos-sem-julgamento-dos-reus.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2021/01/776178-incendio-na-boate-kiss-completa-oito-anos-sem-julgamento-dos-reus.html). Acesso em: 7 ago. 2021.

JUCÁ, Beatriz. **As 50 barragens em alto risco que mantêm a bomba-relógio da mineração em Minas**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-23/as-50-barragens-em-alto-risco-que-mantem-a-bomba-relogio-da-mineracao-em-minas.html>. Acesso em: 7 ago. 2021.

LAMPIÃO. Mariana (Mg), nov. 2018.

LAMPIÃO DIGITAL (Mariana). **3 anos de crime**. S. d.. Disponível em: <https://lampiaodigital.ufop.br/index.php/3-anos-de-crime/>. Acesso em: 2 jul. 2021.

LEMAIRE, R. Pensar o suporte – Resgatar o patrimônio. *In.*: MENDES, S. (Org.). **Cordel nas gerais: oralidade, mídia e produção de sentido**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010. p. 67-93.

LUCENA, Bruna Paiva de. Espaços em disputa: o cordel e o campo literário brasileiro. 2010, 88 f. **Dissertação** (Mestrado em Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

LUYTEN, Joseph. O que é literatura de cordel. S

MAIRTON, Marcos. **Estudo sobre a literatura de cordel: histórias de poetas**. Histórias de Poetas. Disponível em: <http://mundocordel.blogspot.com/2010/03/estudo-sobre-literatura-de-cordel.html>. Acesso em: 7 ago. 2021.

MELO, Luísa; GERBELLI, Luiz Guilherme. **1 ano após a tragédia de Brumadinho, Vale recupera valor de mercado e volta a ver lucro**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/25/1-ano-apos-a-tragedia-de-brumadinho-vale-recupera-valor-de-mercado-e-volta-a-ver-lucro.ghtml>. Acesso em: 7 ago. 2021.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. A notícia em versos: relações entre jornais e folhetos de cordel no Pará na primeira metade do século XX. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Florianópolis, v. 19, p. 53-72, jan. 2011. Disponível em: [http://www.anpuh-sc.org.br/rev%20front%2019%20vers%20fin/f19%20art\\_dossie3\\_noticia%20em%20versos\\_g%20m%20menezes%20neto.pdf](http://www.anpuh-sc.org.br/rev%20front%2019%20vers%20fin/f19%20art_dossie3_noticia%20em%20versos_g%20m%20menezes%20neto.pdf). Acesso em: 10 ago. 2021.

MOVIMENTO de Atingidos confirma denúncias sobre indenizações da Samarco. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/movimento-de-atingidos-confirma-denuncias-sobre-indenizacoes-da-samarco/>. Acesso em: 7 jun. 2021.

MOREIRA, Gabriela; LINS, Marcel. **Tragédia no Ninho**: e-mails mostram que Flamengo sabia da situação de "grande risco" nove meses antes do incêndio. 2020. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/tragedia-no-ninho-e-mails-mostram-que-flamengo-sabia-da-situacao-de-grande-risco-nove-meses-antes-do-incendio.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2021.

NASCIMENTO, João Bosco Dumont do; SANTOS, Francisca Pereira dos. A Literatura de Cordel Como Fonte de Informação: um olhar historiográfico e conceitual. **Folha de Rosto**: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Cariri, v. 1, n. 1, p. 101-112, jun. 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53070>. Acesso em: 7 ago. 2021.

OLIVEIRA, Renato. **Incêndio na Boate Kiss completa oito anos de saudade e revolta incessantes**. 2021. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/inc%C3%AAndio-na-boate-kiss-completa-oito-anos-de-saudade-e-revolta-incessantes-1.561293>. Acesso em: 2 ago. 2021.

PIMENTEL, Thais. **Sobe para 42 o número de barragens em Minas Gerais que estão em alerta**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/07/29/sobe-para-42-o-numero-de-barragens-em-minas-gerais-que-estao-em-alerta.ghtml>. Acesso em: 2 ago. 2021.

PIMENTEL, Thais. **2 anos após tragédia da Vale, quatro cidades do entorno de Brumadinho ainda sofrem com impactos**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/01/25/2-anos-apos-tragedia-da-vale-quatro-cidades-do-entorno-de-brumadinho-ainda-sofrem-com-impactos.ghtml>. Acesso em: 2 ago. 2021.

RESENDE, V. M. **Literatura de cordel**: uma aproximação etnográfica ao gênero. 2007. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/137.pdf> Acesso em: 22 fev. 2012.

RINARÉ, Rouxinol do. **Entrevista**. E-mail para Larissa Chaves Soares [mensagem pessoal]. Recebida por: larissa.soares1@aluno.ufop.edu.br. em: 23 jul. 2021.

RINARÉ, Rouxinol do. **Vale de lama e de lágrimas**: ou a tragédia em Mariana - MG. Fortaleza: Literatura de Cordel, 2015.

REUTERS. **Samarco retoma atividades após 5 anos da tragédia de Mariana**. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/samarco-retoma-atividades-apos-5-anos-da-tragedia-de-mariana/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

RODRIGUES, Léo. **Tragédia de Mariana**: justiça mantém indenização contestada pelo MPF. Justiça mantém indenização contestada pelo MPF. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-02/tragedia-de-mariana-justica-mantem-indenizacao-contestada-pelo-mpf>. Acesso em: 2 jun. 2021.

ROUXINOL do Rinaré. S. d.. Disponível em: [https://www.wikiwand.com/pt/Rouxinol\\_do\\_Rinar%C3%A9](https://www.wikiwand.com/pt/Rouxinol_do_Rinar%C3%A9). Acesso em: 7 ago. 2021.

SAMARCO não pagou nenhuma multa ao Ibama referente à tragédia em Mariana. 2019. Disponível em: <http://www.sindsemamg.com.br/samarco-nao-pagou-nenhuma-multa-ao-ibama-referente-a-tragedia-em-mariana/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

SANTOS, F. P. Poética das vozes e da memória. *In.*: MENDES, S. (Org.). **Cordel nas gerais: oralidade, mídia e produção de sentido**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010. p. 43-63.

SANTOS, Matheus; LEAL, Pedro; PAULINO, Yasmim. **Como bares, restaurantes e lanchonetes da região atravessam a crise do setor**. 2021. Disponível em: <https://lampiaodigital.ufop.br/index.php/consequencias-pandemia-bares-restaurantes-regiao/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

SILVA, Ronnie Aldrin. **As 26 principais violações ao meio ambiente feitas por Jair Bolsonaro**. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/as-26-principais-violacoes-ao-meio-ambiente-feitas-por-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

SIRENE. Realização de Larissa Chaves Soares, Uriel Marques e Amanda Louzada. 2019. (13 min.), son., color. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/futura/geracao-futura/v/8914449/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

**ANEXO – POESIA DE CORDEL DE ROUXINOL DO RINARÉ****VALE DE LAMA E DE LÁGRIMAS**

Rouxinol do Rinaré

Nas disputas milionárias  
Quanto vale a vida humana?  
A exploração de minérios  
Na sua ganância insana  
Resultou no drama trágico  
Do povo de Mariana!

Quem devia proteger  
Os recursos naturais  
Permite as mineradoras  
Agir por vias “legais”  
E a lei ampara os maiores  
Desastres ambientais.

Tendo dinheiro e poder  
Nenhum vil projeto emperra.  
O governante corrupto  
No caos o planeta encerra  
Dando aval aos poderosos  
Pra sucatear a Terra.

A Vale do Rio Doce  
Nas suas minerações  
Represou lama e rejeitos  
Sem cabíveis precauções  
Originando um desastre  
De enormes proporções.

Dia cinco de novembro

A tragédia aconteceu  
Duas barragens romperam  
Um mar de lama correu  
Causando o maior desastre  
Que Minas Gerais sofreu!

Saiu destruindo tudo  
O mar de lama e rejeitos  
E por mais de cem quilômetros  
Deixou terríveis efeitos;  
Quem escapou sofre as perdas  
Dos bens e sonhos desfeitos!

Um povoado arrasado  
Por justiça chora e clama;  
Seiscentos desabrigados,  
É outra face do drama,  
E o Rio Doce amargando  
Num triste vale de lama!

A lama avança sem freio  
E chega ao Espírito Santo  
Espalha-se pela costa  
A todos causando espanto,  
E o litoral de Linhares  
Quem vê não contém o pranto.

Rejeitos de ferro e lama  
Seguem sem fazer parada  
Milhares de peixes morrem,  
A água é contaminada  
E a biodiversidade  
Pouco a pouco é devastada!

As barragens não romperam  
Por mera fatalidade.  
O descaso, a negligência,  
Causou a calamidade;  
Foi um crime, inconsequência,  
Irresponsabilidade!

Os danos ambientais  
Inda não há quem estime.  
Das várias vidas ceifadas  
A Vale não se redime,  
Não tem dinheiro que pague  
Esse irreparável crime!  
VALEI-ME MEU DEUS A VALE  
ACABOU COM O RIO DOCE!

Seguem destruindo vidas  
Lama, detritos, rejeitos  
Na natureza os efeitos  
Têm impactos homicidas  
Vidas não são ressarcidas  
Das que na lama afogou-se;  
Vi mãe que desesperou-se  
Sem ter um filho que embale  
VALEI-ME MEU DEUS A VALE  
ACABOU COM O RIO DOCE!

Dez mil quilômetros quadrados  
No litoral capixaba  
A lama invade e acaba  
Com tantos sonhos plantados  
Seres vivos dizimados  
Todo o rio assoreou-se  
Contra esse caos que instalou-se

Meu povo clame, não cale!

VALEI-ME MEU DEUS A VALE

ACABOU COM O RIO DOCE!